



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 2/08

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2008

10 de Abril de 2008

A Sessão foi iniciada às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente da Mesa, Rui Miguel Queiroz Correia** -----

Primeiro Secretário da Mesa, Elisabete da Silva Ferreira. -----

Segundo Secretário da Mesa, Manuel António Torrinho Frade-----

Membros presentes: Todos com excepção do Senhor Presidente da Assembleia António Ramos Preto, dos Senhores António Luís Andrade Silva, António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Carla Tavares, Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Reis, Rita Mafalda Madeira, António Alves Nunes, Eduardo da Silva Rosa, Armando Manuel dos Reis Cruz e António Moreira.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira, se faz representar, nesta Sessão, pelo seu substituto legal Senhor Ricardo Constantino Santos Carmo (Documento anexo à presente Acta).

Verificado o Quórum, Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

I – SUBSTITUIÇÃO

8

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor José Manuel Evangelista do PS, Rita Ribeiro Guimarães da CDU, António Carlos Silva Guedes do PSD, João Paulo Castanheira e Ismael Pimentel do CDS/PP (Documento anexo à presente Acta).-----

De seguida informou ainda de que, em conformidade com o Art.º 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomou posse, os Senhores José Manuel Antunes Graça, Vasco Miguel Ricardo Aleixo, Paulo Miguel Oliveira Martins Torres, Aldina Tília Figueiredo Longo, Ana Isabel Sousa Duarte e Amadeu da Ressurreição Lopes Moreira (Documento anexo à presente Acta).-----

Mais comunicou o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** que o Senhor Amadeu da Ressurreição Lopes Moreira, não tendo comparecido no acto de assumpção de funções, na sequência da prorrogação do prazo da suspensão do mandato do Senhor Carlos Almeida oportunamente aprovado pela Assembleia, apresentou no prazo legal a justificação da falta, a qual, após lida foi aprovada por unanimidade dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou ainda de que o Senhor Carlos Almeida da CDU solicitou alteração do termo da suspensão do mandato, por si apresentado, para 30 de Junho de 2008, procedendo à leitura do referido pedido, após o que foi o mesmo colocado a votação e aprovado por unanimidade dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou também que nos termos do nº1 do art.º 79 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a vaga é preenchida por Amadeu da Ressurreição Lopes Moreira, que assumirá as funções caso esteja presente. -----

II – ORDEM DO DIA

PROPOSTA:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho, da proposta da C. M. A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Vigilância das Instalações Municipais*” – Abertura (Proposta n.º 119/2008) ”;-----

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º da Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações Municipais*” – Abertura (Proposta n.º 120/2008)”;-----

3 – Apreciação e votação nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “ *Concurso Público 03/DH/2008 – Alienação de Lote de Terreno para Construção de Habitação a Custos Controlados na Rua Marechal António Spínola/Rua da Pedreira – Casal da Boba, Freguesia de S. Brás – Abertura (Proposta n.º 66/2008)*”;-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Hasta Pública para Venda de Fracções não Habitacionais no Bairro Municipal do Casal da Mira (Proposta n.º 67/2008)*”. -----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a votação, sendo aprovada por unanimidade, dos 29 membros presentes (Documento anexo à presente Acta). -----

Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**: “Se me permitem Senhores Deputados antes de passarmos ao período de intervenção do publico permitam-me aqui fazer referencia temos hoje entre nós um conjunto de alunos de algumas das nossas escolas queria antes de mais agradecer a vossa presença e também da Senhora Professora que se disponibilizou a estar convosco é muito importante a vossa presença nesta sessão da Assembleia Municipal não só no fundo para verificarem aquilo que se vai passando e preparando a vossa intervenção naquilo que vai ser a Assembleia Municipal Jovem já agora os meus desejos de muitas felicidades para esse dia é uma iniciativa muito importante especialmente para vocês de maneira que se me permitem eu acho que esta situação é tão importante que eu permitia-me

4

ler os vossos nomes então temos de escola EB 2,3 Sophia de Mello Breyner a Ana Rosado a Clara Marcos e o Nuno Martins, da Escola Secundaria D. João V a Ana Catarina Neves, Inês Moura, Beatriz Jorge, João Rodrigues, Leonor Sobral e Ricardo Paulino, da EB 2,3 Roque Gameiro o Carlos Ramalhinho, Guilherme Rebelo, Sandra Fonseca, Daniel Almeida e Pedro Martins da Escola Secundaria Seomara da Costa Primo Daniela Alves, Renata Barbosa, Beatriz Barbosa, Sérgio Afonso e Tiago Gonçalves e da EB 2,3 Francisco Manuel de Melo, a Andreia Mendes. Muito obrigado por terem vindo é um prazer estar convosco, espero que, os Senhores Deputados estão-me a pedir se podem aplaudir normalmente nós não aplaudimos eu acho que hoje devíamos abrir uma excepção, muito obrigado.” -----

III – CORRESPONDÊNCIA

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30.º do Regimento. -----

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveram-se a Senhora Noémia Nunes e os Senhores José Clemente, Aníbal Ramos e Carlos Perry. -----

Senhora **Noémia Nunes**: “Muito boa noite a todos os presentes não vou de certeza ocupar os cinco minutos e dirijo-me em particular ao Senhor Presidente da Câmara venho perguntar relativamente ao prometido na ultima Assembleia Municipal como devem imaginar relacionado com o assunto obras do Parque Central portanto tivemos todo o mês de Março à espera da prometida reunião que se arrasta desde Dezembro para ser realizada de facto deve ser uma coisa complicada para apresentar nos não precisamos de nenhum, nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

apresentação de show off com grande elaboração precisamos sim dos projectos das ideias concretas que já têm para podermos discutir e como também uma vez já disse ao Senhor Vereador nós não queremos projectos terminados finalizados com a solução nos queremos ainda participar na solução perante as várias propostas na solução final de acordo com aquilo que nós entendemos também ser os nossos interesses, muito obrigada". -----

Senhor **José Clemente**: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores deputados municipais caríssimo público sei que me vou repetir mas faço-o convicto de que tenho do meu lado a força da razão gostaria de saber se o senhor presidente da câmara emana das minhas conclusões e agradecia o fizesse com alguma expressão é ou não verdade que as populações afectadas pela conclusão da CRIL são vetadas ao lixo a pretexto de determinados interesses, é ou não verdade que as pessoas ficarão à mercê da voragem de um governo que continua a sonhar com um futuro risonho onde a governação se arrisca a encontrar um vazio arrepiante. É ou não verdade senhor presidente que o falso túnel entre a Damaia e Santa Cruz esconde uma verdade cruel que minará a saúde e bem-estar das pessoas, não vale a pena enumerar os malefícios pois são do conhecimento geral e quanto ao resto do traçado para que serve o fosso entre as Pedralvas e a Venda Nova e o poço da morte de Alfornelos vamos um dia ouvir o governo depois de nos matarem a todos dizer que obra magnífica. É esta a herança que um dia o Senhor Presidente da Câmara irá partilhar connosco. Uma magnífica obra a autismo muitas vezes interrogo mas como é possível que o senhor presidente da câmara da amadora não veja o lado da razão se o senhor quiser ainda estamos a tempo de alterar posições gostaria de ver ao lado daqueles de que disse um dia que são o melhor da amadora as pessoas seja um dia senhor presidente considerado um resistente pela melhoria da qualidade de vida de quem lhe deu o voto já agora senhor presidente como está a decorrer o processo? Tenho dito." -----

Senhor **Aníbal Ramos**: "Senhor Presidente da Assembleia, e Senhores Vereadores Senhores membros da Assembleia senhor presidente da câmara em especial como já devem adivinhar eu vinha novamente falar sobre as obras do Parque Central de facto como aquilo, como é que já foi aqui dito a promessa de receber os moradores em Dezembro, promessa de receber os moradores em Janeiro, promessa de receber os moradores em Março agora pelo senhor Presidente da Câmara aqui nesta assembleia perante os presentes estamos em meados de

Abril senhor presidente acho que é demais elucidativo não constitui de certeza um acto de dignificação dos órgãos autárquicos e em particular da câmara municipal que adia de mês para mês o puro acto de receber os moradores e de os informar se o projecto em vias de implementação nós não precisamos de powerpoint nem cds, nós precisamos duma reunião de discussão e porventura de trabalho. Senhor Presidente os moradores estão contra a abertura de uma nova rua através do Parque Central. É isto que preocupa os moradores, não estão incrédulos que para executar o projecto que não conhecemos seja necessário abrir uma nova rua em pleno Parque Central arrastando com isso a degradação irreversível da qualidade de vida dos moradores daquela zona, não vamos aqui discutir projecto o que nos preocupa é o nosso sossego a nossa qualidade de vida que com esta implementação deste projecto é arrasado. E portanto é sobre esse particular que nós estamos e queremos discutir. Entendemos que se o transito que como já foi referido à tempos atrás fosse desviado para a Avenida dos Combatentes resolvia o problema e não implicava a abertura de uma rua que torna o projecto incompreensível para os moradores clarificava o transito diminuía a circulação numa zona semi-pedonal não serviria mais de circulação na Humberto Delgado e evitava conflito de interesses que é o sossego dos moradores e a perda da sua qualidade de vida, portanto nós mais uma vez vimos aqui e viremos sucessivamente reclamar os nossos direitos e muito mais que isso o direito de ser recebido, brigado.” -----

Senhor **Carlos Perry**: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssimo público. Na ultima Assembleia Municipal vim aqui fazer um convite expresso nesta mesma posição para um debate sobre a CRIL a realizar na Ordem dos Arquitectos, acontece que, às vezes também me equivoque e pelos vistos equivoquei-me da realidade da concretização desse debate seja como for já tive oportunidade de na Ordem dos arquitectos ter a justificação da não realização deste debate que esteve agendado para o dia treze de Março e conseguimos finalmente chegar a um acordo esse debate vai se realizar na próxima quarta feira dia dezasseis de Abril às vinte e uma horas. O convite que foi expresso na ultima Assembleia volta a ser reiterado e reendereço para vós todos aqueles que tiverem o interesse a vontade e o desejo de participarem ou de estar presente serão bem-vindos àquela casa que sendo minha pelo menos há vinte cinco anos também é vossa por direito adquirido porque ser arquitecto não é um privilegio é uma forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de viver. Por outro lado gostaria de dizer que curiosamente há uma serie de pequenas associações voluntários que andam a tirar os ninhos das aves dum parque ajardinado que existe nas Pedralvas e isto porque esse parque vai sofrer o abate de quarenta e três árvores de grande porte e curiosamente nesse mesmo parque que é um pequenino pulmão que existe nas Pedralvas, frente à Venda Nova, tem curiosamente um casal de periquitos da Guiné que parecem uns papagaios pequenitos verdes e que vivem ali, ou viviam, não sei. O impacto vai acontecer sob a biodiversidade naquele local podem ter a certeza que vai ser grande o Bairro das Fontainhas desapareceu neste momento existe uma estrutura herbácea arbustiva nesse mesmo espaço e há dias do nono andar do meu prédio que fica directamente virado para aí vi um peneireiro a caçar acidentalmente vamos ver qual é a reposição que nós vamos conseguir dar àquele espaço e sobretudo à qualidade que é pretendida por aquele que estando bem não gostariam de estar mal, muito obrigado.” -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal: “ Noémia Nunes e Aníbal Ramos, muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Municípes, aproveito para comentar também os alunos que estão presentes naturalmente estão a ver como é que corre ver se conseguem esperemos que sim que a Assembleia Municipal Jovem corra melhor bom dou três notas sobre as questões colocadas a pela Dona Noémia e pelo senhor Aníbal Ramos vamos uma vez por todas a ver se agente se entende sobre esta matéria eu não quero vir aqui discutir ver se representam ou não representam naturalmente as pessoas moram num sítio naturalmente sentem que há obras que podem prejudicar naturalmente querem defender os seus interesses é natural é normal que assim ensejo agora não me parece permitam-me a expressão dizer aqui que nós representamos, eu que represento os moradores, nós moradores não queremos há um grupo de moradores naturalmente está preocupado porque não conhece o projecto e isso tem toda a razão isso tem toda a razão e a questão é esta a reunião que eu comprometi de fazer foi o mês passado de Abril exactamente terminou há dez dias, faz hoje dez dias, e não a fiz porque entretanto tive a oportunidade de olhar para o projecto discuti com os arquitectos que estão a fazer o projecto um conjunto de alterações que acho são fundamentais no sentido que naturalmente também sabendo quais são as vossas preocupações procurar de alguma forma anular um conjunto de preocupações que vocês tinham e é nesse sentido como é obvio e por isso o projecto não é um projecto acabado mas é um projecto naturalmente que está avançado mas tem em conta um conjunto de preocupações que foram

✓

levantadas ao logo do tempo pelo um conjunto de pessoas e eu próprio também me interrogo em relação a algumas delas e aquilo que foi feito a semana passada de uma outra reunião foi no sentido de fazer as correcções que eu achei que devem ser feitas com base nas correcções estou à espera que me apresentem para fazer uma reunião naturalmente que será convocada pela Junta de Freguesia, com a junta de freguesia e com a população como é evidente dos quais os meus amigos naturalmente farão parte do grupo das pessoas que irão a essa reunião para vos apresentar as vantagens do projecto os pontos fracos e os pontos fortes e para podermos também colmatar aquilo que poderemos achar quais são os pontos negativos do projecto e quero dizer uma coisa quero vos dizer uma coisa estou certo que no final não é no final da obra no final da explicação e da apresentação vocês estarão de acordo não tenho duvidas sobre isso, nenhuma a não ser que alguns estão contra porque estão contra mas isso a vida também é assim à uns que estão sempre contra independentemente da solução que se encontrar mas penso que não será o caso de maneira que estou esperando que me chegue no inicio desta semana a proposta para com o senhor presidente da junta poder agendar uma reunião com a junta de freguesia e naturalmente com a inclusão das pessoas que tem vindo a manifestar a preocupação mas também ao mesmo tempo fazendo um apelo à participação dos outros que moram também naquela zona naturalmente também gostarão de saber qual é o projecto e qual é a solução que aqui se beneficia. O que é que beneficia a população não só da cidade mas a população que também mora naquele espaço. Clemente, bom ó Clemente há coisas que eu naturalmente, há coisas que eu tenho, tenho acompanhado ao longo deste tempo aquilo que tem sido a participação do meu amigo nesta matéria há questões que muitas delas alertou outras questões foram resolvidas outras não, mas há questões que naturalmente, dizer que é esta a questão que fica associada a um projecto um projecto, um projecto que será pelo aquilo que você disse a sepultura das pessoas e um pouco a imagem que você traduziu, vamos lá a ver, eu não partilho dessa sua opinião perdoe-me a expressão também não partilho dessa opinião mas dizer-lhe naturalmente há questões da CRIL que como sabe e o Clemente acompanhou bem e o Perry também acompanhou é que nos ao longo do tempo fomos introduzindo um conjunto de questões e fomos corrigindo um conjunto de dados e um conjunto de erros que nós do nosso ponto de vista tínhamos e o Clemente sabe e o Perry melhor do que muitos que aqui estão quais foram as fases o que é que durante dez anos fomos batalhando fomos corrigindo e ganhando algumas coisas também sabe isso alias penso que teve oportunidade de ver ainda há pouco a semana passada numa reunião com o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

presidente da Câmara de Lisboa teve em Benfica com a população de Benfica nomeadamente também a população do Bairro de Santa Cruz, disse claramente sentiu pela parte dele que a Câmara de Lisboa não tinha feito nada para defender os interesses de Lisboa. Bom mas isso era a Lisboa que competia e não a mim que me competia a mim competia-me defender os interesses da Amadora e foi isso que fiz. É evidente que houve questões de Lisboa que não foram satisfeitas porque Lisboa também não se preocupou com elas antes pelo contrario até defendeu algumas soluções das que estão foi assim também sabe isso e por isso nós o que temos ali é assim a questão do falso túnel, você pode dizer é um falso túnel, seguramente será um falso túnel, um falso túnel do lado de Lisboa, ah mas isso meu amigo Lisboa defendeu aquilo, Lisboa defendeu eu do meu lado da Amadora defendemos que não fosse um falso túnel do lado de Benfica defenderam um falso túnel Lisboa defendeu isso, e bom era o que faltava que eu agora também viesse mandar no território dos outros não é, e de maneira que foi aquilo que foi, porque nós achamos que naturalmente tal e qual como defendíamos do lado de cá que faz todo o sentido até no ponto de vista do arranjo do ponto de vista até você sabe bem do ponto de vista até das casas, etc., ao mesmo tempo também do ponto de vista restabelecer a circulação em cima a parte que nós fizemos que não é igual ao de Lisboa, bom tenho ali algumas questões neste momento ainda que assentam naquilo que tem a ver com o chamado nó da Damaia e com as Portas de Benfica temos ali algumas interrogações em relação àquilo que nos mandaram porque sabe tem havidos algumas correcções ao projecto e aprofundamentos do projecto e aquilo que me fizeram chegar estamos a analisar dizem que recordo daquilo que tem a ver com um parecer da Segurança Rodoviária. Em que as alterações que são exigidas ou são recomendadas pela Junta Rodoviária, bom, eu tenho as minhas duvidas mas estamos a analisar também não quero por em causa isso era o que faltava dizer bom por causa do Presidente da Câmara da Amadora está em causa a Segurança Rodoviária, agora têm é que me provar da bondade se é isso porque aquilo à primeira vista o que aparenta ser é pior do ponto de vista da circulação e do ponto de vista que tem a ver com o congestionamento de transito naquela zona, bom mas vamos ver isso, depois o bairro o bairro o bairro de Santa Cruz, o bairro das Pedralvas como estava também ali o Perry a dizer o bairro das Pedralvas temos, temos aquele problema do tal, do tal buraco como lhe chamam, não é, o tal buraco nós estendemos até onde possamos estendemos mais uma parte do túnel não estendemos mais porque também quero lhe dizer o seguinte parte daquele território é de facto praticamente aquela parte entra no território de Lisboa, entra praticamente no território

de Lisboa é evidente que temos o estabelecimento das ligações foi sempre uma das questões que tivemos preocupação e também ao mesmo tempo a ver com aquilo que tem a ver com o tratamento paisagístico de toda a zona, há bocado dizia bom vão cortar uma série de árvores não conheço o projecto daquele lado mas aquilo que me disseram é que também havia a compensação vamos ver depende do projecto que surgir o projecto paisagístico como sabe não está pronto nós demos a nossa contribuição sei que Lisboa ainda não tinha dado mas parece que está a preparar e terá condições a curto prazo de ter também esse projecto pronto para poder ser integrado e de maneira que eu acho é que até agora há um conjunto de questões estão a ser vista acompanhadas e também estamos a tentar corrigir. Bom sobre a questão, sobre a questão da população afectada pela CRIL é óbvio é obvio, enfim, para dizer assim a CRIL afecta as zonas onde passa é claro que sim, é claro que sim mas também é afectada tudo aquilo, as barracas que lá estavam claro que sim, em tudo, em tudo, e por isso havia o habitat que era o habitat das barracas o Perry dizia há pouco que assistiu outro dia à janela assistiu porque já não estão lá as barracas senão não assistia aquilo que assistiu e por isso estas coisas enfim, os habitats também se vão mudando, vão se equilibrando depende como eu digo daquilo que for a solução que encontrarmos e aquilo que for o tratamento daquilo que tem a ver com a área envolvente, é isso e acho que aí pode haver um ganho, bom é obvio que a CRIL é uma obra interessante, é interessante para a Amadora é interessante para a região metropolitana de Lisboa mas vamos de uma vez por todas não tem nada a ver com aquilo que anda muita gente a falar há uma coisa que é surpreendente quando falam que o nó da Damaia é um nó por causa da especulação imobiliária da Quinta da Falagueira é de facto uma coisa é mesmo eu sei que você não o diz eu sei que o Clemente não o diz é uma coisa que de facto não tem a noção nem sequer ó menos a localização nem do que é que pode servir acho surpreendente, bom, neste momento nós estamos a continuar a acompanhar a CRIL estamos enfim, analisando os elementos que nos vêm chegando porque também não temos os elementos todos e o Clemente também sabe isso há muitas das coisas que estão a ser neste momento mais aperfeiçoadas tendo em conta um conjunto de sondagens que estão a ser feitas e isso faz algumas correcções como eu digo temos um problema naquela zona das Portas de Benfica que nos foi colocada agora e é nos colocado pela questão dos problemas de segurança rodoviária enfim, não estamos a ver estamos a analisar não quer dizer à partida que não possa ser e é isso que iremos fazer e estamos e é aquela questão que naturalmente a obra também ter que se fazer, tem que se fazer também tendo em conta um conjunto de regras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também não enfim tendo em conta a salvaguarda das pessoas do descanso das pessoas etc., aqui um conjunto de questões que têm de ser acompanhadas e acauteladas porque eu acho que a CRIL é para ser feita mas como o Clemente diz não é para ser feita a qualquer preço e não é para ser feita nem com o espaço de tempo que alguns querem é para ser feita depende de algumas regras de segurança, descanso das pessoas e de uma obra que possa ser executada sem as perturbações como deve imaginar. E de maneira que temos tudo pela frente inclusivamente é natural que daqui a alguns dias se venho a queixar também que a obra não anda tão depressa o presidente da Câmara não está disponível a dar uma licença especial para a obra de seiscentos e oitenta e quatro dias vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, isso não estou disponível como é evidente. É assim porque acho que as coisas têm que ter regras se não estiver pronta em Setembro está em Dezembro se não estiver em Dezembro está em Janeiro enfim não é tão dramático por isso estas coisas também têm que obedecer a um conjunto de regras e nos temos naturalmente que salvaguardar também aquilo que são o descanso das pessoas e as pessoas que naturalmente nalgumas zonas são zonas sensíveis onde as pessoas precisam de descansar e para o qual não é permitido ser de qualquer maneira por isso também é bom que fiquem com essa nota, de maneira que Clemente eu não essa questão que não é possível estar com a razão o Clemente também está com a razão numas coisas há um conjunto de questões que o Clemente se revê do que se foi feito lá ou do que se foi ganho ali e por isso já lhe disse uma vez se aquele fosse o projecto que eu fizesse não era aquele seguramente agora é o projecto que foi sendo construído com base naquilo que são um conjunto de entidades dos quais temos que fazer este tipo de dialogo e de tipo de entendimento foi feito naturalmente com o EP um conjunto de técnicos do EP com os projectistas, gabinetes de estudos contratados com a Câmara de Lisboa também bom e isto é um, enfim procuramos naturalmente que o melhor salvaguardar melhor os interesses da Amadora e sobre essa matéria penso que não ficamos de braços cruzados e tanto o Clemente como o Perry sabem há dez anos que andamos a batalhar sobre aquilo e há dez anos que andamos a procurar um conjunto de questões até muito antes até da Comissão dos Amigos do Aqueduto nós próprios levantamos a questão e fomos trabalhando na solução e procuramos uma solução e foi possível salvaguardar o Aqueduto contrariamente aquilo que era a opinião e já era validado inclusivamente pela Direcção Nacional, pelo IPPAR já tinha validado inclusivamente derrubar o aqueduto por isso eu acho que não ganhamos em toda a linha mas fomos ganhando alguns pontos e bom ainda também a obra ainda é possível estou

convencido que ainda é possível fazer algumas correcções modificar algumas coisas no sentido de melhorar o traçado bom é obvio que também estou certo com esta postura de Lisboa que também é possível agora poder chegar algumas coisas do lado de lá não é preocupei-me muito mais em defender o lado de cá do que o lado de lá mas também é evidente estou certo com agora esta nova forma de analisar o projecto e também o trabalho que está a ser feito neste momento por Lisboa é possível ainda melhorarmos ao fim ao cabo aquilo que é uma fronteira porque o próprio a própria fronteira entre a Amadora e Lisboa vai ter uns ajustamentos não é vai ter ajustamentos ali uns terrenos que enfim no futuro até da definição daquilo que é o território da Amadora e de Lisboa naquela zona tem que ser corrigido ou desenhado como é evidente porque há zonas que são para o lado de cá e não faz sentido que eles fiquem com uma parte de terreno do lado de cá e vice-versa e por isso esta coisas têm que ter esse alinhamento é por isso esta convivência entre, entre os dois municípios aliás tive oportunidade no sábado de estar com o Vereador Sá Fernandes que estava a ver uma pista para bicicletas no Fonte Nova e tive oportunidade de falarmos e bom temos que falar temos aqui um corredor que é preciso tratar e para os quais nós temos do nosso lado um circuito de manutenção e era importante que ele também pudesse continuar do lado de Lisboa e por isso que haver aqui um trabalho conjunto entre os dois municípios que não tem havido durante muito tempo em relação ao técnicos esperemos que agora possa existir e estou certo que irá contribuir para isso. Pronto eram estas as notas que eu queria deixar em relação às questões colocadas, muito obrigado”. -----

V – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que o Grupo Municipal da CDU entregou uma Moção sobre o projecto da Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais (Documento anexo à presente Acta).-----

Abriu o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** as inscrições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caríssimo Público gostaria de enviar daqui uma saudação especial para os alunos das escolas do município que estão aqui presentes aqui nesta assembleia municipal, eu gostaria de trazer esta noite aqui à assembleia municipal alguns temas que me parecem pertinentes e que são quanto a mim motivo de satisfação para quem ama esta cidade e é munícipe deste município designadamente eu gostaria de saudar o município da Amadora e a sua Câmara Municipal pelo facto de ter sido atribuído recentemente no passado trinta e um de Março o galardão Bandeira Verde Eco vinte e um ao município da Amadora este projecto Eco vinte e um tem como objectivo distinguir as boas práticas no sentido da sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município com especial ênfase na vertente da promoção da educação para a sustentabilidade e qualidade ambientais além de evidenciar e reconhecer as boas praticas o projecto Eco vinte e um pretende ainda incentivar acções, projectos e medidas que conduzam ao desenvolvimento sustentável e se possam concretizar através da implementação de uma agenda vinte e um local. Gostaria igualmente de saudar a realização da Primeira Expo de Emprego e Formação da Amadora que teve inicio hoje e que durará até ao dia treze de Abril no Fórum Luís de Camões na Brandoa organizada pelo município e pela Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora e sob o lema o teu futuro passa por aqui esta iniciativa procura aumentar os níveis de empregabilidade e de qualificação da população aproximando jovens e adultos do tecido empresarial e escolar sensibilizando e mobilizando o público-alvo para o desafio da aprendizagem e para a integração escolar e profissional ainda neste âmbito gostaria também mais uma vez de saudar a iniciativa da Câmara Municipal da Amadora que tem a ver com o lançamento do Projecto Programa Municipal de Empreendedorismo Social o Amadora Empreende é um projecto pioneiro em Portugal que tem como principais objectivos identificar junto da população jovem e das pessoas em situação de vulnerabilidade social da Amadora, iniciativas individuais de empreendedorismo facultando-lhes as condições necessárias para um desenvolvimento de uma ideia de negócio, assentando em dois instrumentos, incubadora Quick que dirigida a jovens entre os dezoito e os trinta anos e no instrumento quem não arrisca não petisca dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade social pretende-se potenciar este projecto e com esse objectivo a Câmara assinou também um protocolo com o ISCTE e a Fundação Calouste Gulbenkian por fim gostaria de salientar a

iniciativa da Câmara Municipal da Amadora do passado dia um de Abril que lançou o Banco Local de Voluntariado com esta iniciativa pretende colocar em pratica um projecto deveras ambicioso a autarquia celebrou um protocolo de colaboração com o Conselho Nacional para a promoção do voluntariado, potenciando o interesse social e comunitário dos munícipes que tenham tempo disponível para dedicar aos outros eu parece-me que é de saudar este conjunto de iniciativas da Câmara Municipal da Amadora designadamente em todas... (VIRAGEM DE CASSETE)"-----

Senhor Deputado António Santos: "Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais excelentíssimo público, jovens das escolas da Amadora aqui presentes acerca do Parque Central: Senhor Presidente apesar de nos últimos quatro ou cinco anos ou seis que nós temos vindo a debater a questão da participação dos cidadãos do município da Amadora o senhor Presidente prometer sempre que tudo aquilo que estiver ao seu alcance para incentivar a participação a sua pratica do quotidiano é contrária hoje o senhor Presidente é brilhante porque depois de ter prometido perante esta assembleia que durante o mês de Março era garantido que ia reunir com os moradores do Parque Central não só não reuniu e como chega aqui perante a reclamação dos munícipes aqui presentes passa a ofensiva vocês não pensem que eu não acredito que vocês representam bem, é claro que são moradores tem interesses e tal mas eu não reuni, eu não reuni deixe-me acabar senhor presidente não reuni porque ainda tinha uns projectos novos quis fazer uma alterações mas nem água vai nem água vem e é só interpelado e confrontado perante os cidadãos residentes do Parque Central representam aquilo que representam no mínimo representam-se a si próprios a sua posição é uma posição que não é, que é contraditória com aquilo que o Senhor Presidente propaganda e promete acerca da participação dos cidadãos na vida do município da Amadora. Alias, alias não sei se é um problema só da câmara porque também esta assembleia acerca da questão da CRIL e pelo menos os seus elementos os membros da assembleia municipal vão sabendo das coisas pelos jornais e pelas respostas que o senhor presidente da Câmara vai dizendo às interpelações que os munícipes aqui fazem e porquê, e porquê, porque apesar por exemplo desta assembleia, desta assembleia ter votado uma comissão específica para acompanhamento da CRIL apesar do Bloco de Esquerda ter insistentemente e todos vós são testemunhas disso concordem ou não concordem com a ideia dessa reunião vir a reunir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

solicitar com urgência uma, duas, três assembleias consecutivas a realização de uma reunião dessa comissão específica não há maneira, não há maneira dessa reunião ser convocada uma ultima nota final que é uma questão política que me parece importante e merece alguma reflexão dos seus deputados e das pessoas aqui presentes o Governo da Republica decidiu não reabrir o concurso para a exploração privada do Hospital Amadora-Sintra, obviamente, decidiu retirar ao consorcio Melo e consorcio Melo, Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Sintra a gestão do Hospital Amadora-Sintra evidentemente, evidentemente que esta até seria uma medida que eu saudaria do governo não fosse, não fosse ter atribuído a gestão do novo Hospital de Braga ao mesmo consorcio a que acaba de tirar este porque as razões principais porque retira ao consorcio Melo a gestão do Hospital Amadora-Sintra é o de não fiabilidade das contas e da forma de gestão que os grupos privados têm sobre os hospitais num caso particularmente agravado no caso do Hospital Amadora-Sintra porque se trata de um consorcio que mesmo após a participação da Câmara Municipal da Amadora e da Câmara Municipal de Sintra o mesmo continua sem apresentar contas ao fisco nos últimos cinco anos. Há duas questões aqui não percebo sinceramente não percebo o que é que se passou pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra a tão poucos meses do fim do prazo que estava estipulado e do concurso que tinha sido ganho pelo consorcio Melo para gerir o Hospital Amadora-Sintra participar no consorcio não percebemos se a ideia era favorecer o futuro concurso se o quê que era, mas é mais grave do que isso senhor Presidente eu sempre disse aqui sempre que esta assembleia discutiu as contas, as contas do exercício do mandato do executivo em cada ano sempre separei as contas daquilo que era a política e aquilo que era o orçamento e aquilo que era o plano de actividades porque considerava que as contas estavam bem feitas e que independentemente dos pressupostos políticos que os tinham dado origem a essas contas Eram contas bem feitas o senhor Presidente que manteve durante os anos em que eu faço parte desta assembleia uma gestão de boas contas desta Câmara comprometeu-se não sei a que propósito com alguém com um consorcio que nem contas presta ao fisco português que não presta contas ao estado e que o estado português reconhece que não é fiável para gerir o Hospital Amadora-Sintra, lamentavelmente o Senhor Presidente conseguiu fazer aquilo, não é só um problema do executivo é um problema da pessoa colectiva que é a Câmara Municipal da Amadora, é o problema dos técnicos que brilhantemente de ano para ano têm apresentado contas em melhores condições o senhor Presidente comprometeu aquilo que era altamente

positivo no seu mandato que era o de contas claras, contas limpas ao associar-se a um consorcio que nem contas presta ao estado e que nem o estado lhe reconhece confiança para gerir o Hospital Amadora-Sintra.”-----

Senhor **Deputado Paulo Torres:** “ Boa noite Membros da Mesa Caros Colegas Senhor Presidente da Câmara Municipal eu vinha aqui levantar uma questão de segurança não como agora está tão em voga falar de segurança em termos criminais embora se possa qualificar como criminal algumas atitudes que tem tido estou a falar mais de segurança do transito o que se passa é que algumas das vias da Amadora estão a ser usadas como pistas de corridas durante a noite já há bastante tempo e agora há uma tendência para ocorrer durante o dia eu já assisti a algumas cenas e no ultimo domingo até assisti a um acidente que por sorte não teve consequências mais graves já que o veiculo que circulava na Estrada da Serra da Mira em altíssima velocidade além de projectar outro para cima do passeio por acaso não estava a passar ninguém ainda embateu num carro que estava parado na passadeira para dar passagem a peões. Há possibilidade de utilizar os chamados dispositivos de acalmia de tráfego que não são só aquelas banda sonoras amarelas e pretas há umas outras, um outro tipo de construção que talvez sejam mais eficazes e não tenham tanto o problema do ruído que podem minimizar este problema eu sei que é impossível contra a imbecilidade de alguns cidadãos deste país não se pode acabar com o problema agora penso que em zonas residenciais de elevada densidade com uma população jovem com muitas crianças teremos que fazer algum esforço para prevenir que algum dia aconteça uma desgraça, porque o ultimo acidente foi perto um pouco antes das oito da noite junto à saída do supermercado por acaso ninguém foi atingido mas foi uma situação que podia ter consequências graves.”-----

Senhor **Deputado António Carixas:** “Então muito boa noite para o publico presente Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e uma palavra em particular aos meus colegas de outras força politicas aos jovens que estão aqui a presenciar esta assembleia. E começo por aí, começo por aí senhor Presidente da Câmara uma questão da assembleia municipal jovem que já abordamos aqui antes de ela estar, ou estava no inicio da sua organização e pusemos a questão de a assembleia ter uma maior participação que eu saiba até este momento esse processo está a ser conduzido integralmente pela Câmara Municipal da Amadora, há uma comissão de educação da assembleia e penso que devia ter havido aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma colaboração com a comissão municipal de educação da assembleia mas penso que ainda estamos a tempo esta assembleia municipal jovem realizar-se-á no dia vinte e um de Abril. Penso que esta assembleia podia ter alguma participação mais activa neste debate que penso e que espero que seja frutuoso como alguns que já assisti com certeza que este ano também o será, também o será frutuoso, com certeza que os jovens que estão aqui estão a aprender às vezes também cometemos muitas asneiras, às vezes não estamos de acordo ou muitas vezes não estamos de acordo somos de forças políticas diferentes felizmente estamos em democracia a democracia é mesmo isso vão assistir com certeza aqui como já assistiram até este momento algumas questões críticas de critica à câmara à acção da câmara outras de concordando com a actuação da câmara com certeza isto é normal perfeitamente num fórum, num fórum deste tipo. Relativamente à outra questão que eu queria levantar aqui eu fico satisfeito do senhor Presidente da Câmara tenha dito hoje pelo menos ultimamente eu nunca tinha ouvido estas palavras que está ainda aberto rectificações relativamente à CRIL que não está com pressa também partilho da sua opinião também para os jovens quero dizer que às vezes estamos de acordo com o objectivo todos nós que estamos aqui de diversos partidos estamos todos de acordo com a conclusão da CRIL estamos todos às vezes os processos é que não estaremos de acordo os processos às vezes não são concordantes por isso é que somos partidos diferentes houve uma coisa com que eu não concordei com o senhor Presidente e queria-lhe por relativamente à CRIL disse que a Amadora defendeu bem os seus interesses alias o presidente da Câmara de Lisboa referiu isso publicamente eu acho que ainda não defendeu completamente, completamente esses interesses e relativamente, relativamente a uma área que o Senhor Presidente da Câmara relativamente a uma área que o Senhor Presidente da Câmara não referiu disse que isso era de Lisboa relativamente ao Bairro de Santa Cruz eu lembro ao Senhor Presidente que essa projectada via para aí para esse local também vai afectar a Damaia, também vai afectar a Damaia senhor Presidente e por isso não estamos de acordo e o senhor presidente sabe tão bem como eu ou melhor se calhar sabe muito mais nós somos o órgão deliberativo não temos acesso a muitas coisas já foi dito aqui que a comissão municipal ainda não reuniu não é culpa da câmara com certeza que não é, com certeza que não é Senhor Presidente vamos continuar neste dialogo por isso é que estamos aqui em posições diferentes queria-lhe dizer que esse, esse troço, esse troço como sabe melhor do que eu teve um parecer negativo de impacto ambiental porquê que o projecto inicial foi alterado estava previsto para três vias e agora são quatro não é quatro vias, quatro

não teve não Senhor não teve não, não teve não de início Senhor Vereador não teve no início não teve portanto em relação à CRIL ainda à muita coisa a rectificar e esperemos que seja feita essa rectificação, outro assunto que eu queria levantar aqui naturalmente que, naturalmente que não e a câmara não é a principal responsável com certeza que não é mas também me constou hoje pela imprensa que haverá documentos na câmara eventualmente também errados naquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Brás vi no jornal levantou hoje relativamente à confusão nos registos imóveis está na comunicação social Senhor Presidente mas há ou não há documentos da câmara também com freguesia da Mina passados em nome da freguesia da Mina há ou não há Senhor Presidente se há é necessário rectificar isto também. Cria também perguntar relativamente a mais duas questões para já, tem a ver com os quiosques chamemos-lhe assim do lado do Parque Delfim Guimarães com as obras que vão ser iniciadas estão a decorrer parece que esses quiosques ou alguns quiosques gostava de ser esclarecido alguns ou todos não sei serão removidos gostava de saber se serão todos se não são e também gostava de saber se os que serão removidos se há outro local alternativo. Isto são as perguntas, tenho um lamento, tenho um lamento Senhor Presidente é que eu li uma carta assinada pelo Senhor Vereador e a carta é extremamente entre aspas fria muito directa sem explicação a uma das pessoas daqueles quiosques a um dos digamos proprietários chamemos-lhe assim inquilinos chamemos-lhe assim a carta é extremamente fria dizendo tem tantos dias para remover o seu quiosque e ponto final. Eu penso que isto não é a melhor forma de dialogar com as pessoas gostava de saber se isto de facto também será correcto e finalmente para já para a primeira intervenção pavilhão José Torres também não é a primeira vez que eu o trago aqui, trago aqui esta questão pavilhão José Torres na Damaia continua fechado, qual é a perspectiva de abertura daquele pavilhão há um clube que está a ser prejudicado na sua actividade desportiva gostava de saber quando é que será possível resolver esta situação eu sei que há problemas no tribunal o Senhor Presidente já esclareceu noutra reunião mas qual é o ponto da situação é a minha pergunta. Muito obrigado.” -----

Senhor Deputado Carlos Jerónimo: “ Boa noite Senhor Presidente em exercício e respectiva mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores Municípes uma especial relevância aos alunos e docente presentes hoje aqui nesta assembleia municipal vimos também falar do Hospital Fernando da Fonseca o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

facto de o Bloco de Esquerda aqui poder trazer esta questão o facto de varias forças politicas terem feito comunicados e aprovado moções naturalmente que o PS não foge como nunca fugiu às questões e portanto marca hoje também aqui a sua própria posição relativamente a esta matéria. Há cerca de treze anos dava inicio à sua actividade um dos mais importantes equipamentos alguma vez já construídos no Concelho da Amadora o hospital de dimensão distrital Professor Doutor Fernando da Fonseca viria a constituir-se alias o primeiro e único hospital da rede publica a ser gerido a partir de mil novecentos e noventa e cinco por uma entidade de natureza privada José de Melo Saúde o contracto de gestão viria entretanto a ser renovado em dois mil e quatro renovação que não vai agora por vontade do actual governo expressa no decorrer do debate quinzenal na Assembleia da Republica realizado em dezoito de Março do presente ano é uma decisão que não decorre necessariamente de uma avaliação negativa daquilo que foi a gestão em sentido lato desta unidade hospitalar e muito menos a negação do valor acrescentado que constitui as parcerias publico/privado nomeadamente no que concerne à construção dessas unidades desta decisão não resulta qualquer tentativa de menorização da iniciativa privada na organização e prestação dos cuidados de saúde resulta sim da constatação que a organização empresarial dos hospitais públicos se tornou hoje um dos principais factores de modernização e racionalização de recursos que só entre dois mil e seis e dois mil e sete levou a uma redução dos prejuízos dos hospitais EPE na ordem dos cento e catorze milhões de euros ou seja os trinta e quatro hospitais EPE tiverem duzentos e setenta milhões de prejuízo em dois mil e seis e cento e cinquenta e oito milhões em dois mil e sete, resulta também que a aplicação das melhores praticas de cariz empresarial na gestão publica não têm que necessariamente induzir à privatização dessa mesma gestão para além de tudo isto é muitíssimo duvidoso que eventuais ganhos de eficiência compensem os elevados custos administrativos necessário ao controle publico dos contratos de gestão privada, não há assim nenhuma razão para a não integração do Hospital Fernando da Fonseca no modelo de hospital EPE escusado será dizer que da esquerda à direita as reacções não se fizeram esperar desde o aplauso do Bloco de Esquerda salvo no que se refere aos dinheiros públicos investidos pelos municípios à vitoria do PCP face à sua exigência de sempre até à viragem à esquerda e ao retrocesso para Portugal na visão do PSD pelo menos o de Venteira seria talvez espectável se não fosse pedir demais à nossa virtuosa e quase oposição mas pelos vistos é que fosse capaz de olhar para um passado de quase treze anos de um hospital com gente alguma muito boa dentro que prestou aos nossos concidadãos sobretudo alguns dos grupos mais

vulneráveis da nossa população como o dos idosos e o das crianças em risco serviços de inexcelsa qualidade com muita humanidade que fosse capaz de perceber que gestão privada também pode e deve ser sinonimo de sentimento de partilha e desenvolvimento de um vasto conjunto de projectos no âmbito da responsabilidade social que o hospital pôde desenvolver com maior ou menor sucesso com um alargado conjunto de organizações e instituições da sociedade civil. Talvez seja pedir demais a uns e a outros que percebam que a diferença, as diferenças neste como em muito outros sectores da actividade humana de gestões de natureza publica ou privada está muitas vezes mais na qualidade humana, técnica e científica das pessoas do que na natureza dos regimes jurídicos ou normativos que lhes dão forma. Gostaríamos de ter visto a nossa oposição as nossas oposições darem muito mais nota publica dos inúmeros constrangimentos com que desde sempre se debate o nosso Hospital que concebido e dimensionado para servir um universo de cerca de duzentos e cinquenta mil utentes serve hoje seiscentos e cinquenta mil implicando isso que apenas trinta por cento da sua actividade no que respeita a internamentos e urgências se dirija à nossa população é esta questão que é tão central não se resolve salvo melhor opinião apenas pelo que a gestão passe a publica e não privada resolve-se como todos já sabemos há demasiado tempo com a construção do Hospital de Sintra e com a implementação de politicas de saúde a montante que ajudem a mitigar o gravíssimo problema de acesso às urgências no Fernando da Fonseca esperar da nossa oposição uma atitude construtiva e centrada naquilo que neste contexto é essencial era, é, como se prova pura ingenuidade. A atitude profundamente demagógica raiando mesmo a ciente nomeadamente os partidos à nossa esquerda a propósito do protocolo do acordo de transmissão de acções entre a sociedade gestora do hospital e a C.M.A., e as pertencas razões pífidas que lhes estariam subjacentes tais como e cito apoio por parte da CMA ao grupo Melo nomeadamente com dinheiro e força institucional o favorecimento em concurso publico subserviências, etc., etc., dizem tudo de uma esquerda que faz da suspeição insidiosa do processo de intenção do labor publico a sua forma inaceitável de fazer politica a aquisição de doze mil acções por parte da CMA que representam seis por cento do capital social da José de Melo Saúde no montante global de setenta e um mil euros dos quais foram efectivamente pagos cinco mil ficando os restantes sessenta e seis mil a liquidar no contexto da distribuição dos resultados que vierem a ser realizados teve como único pressuposto como alias diz muito bem o PSD o outro PSD o do executivo e cito é um passo que permito ao aumento da capacidade de intervenção e de acompanhamento da autarquia numa matéria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

fundamental para os interesses dos munícipes quanto ao que vai acontecer aos dinheiros públicos investidos nesta sociedade como se lhe refere o PCP e o BE o Senhor Presidente da Câmara não deixará certamente de vos esclarecer devidamente. Uma coisa é garantida a CMA, é não pode deixar de o ser uma pessoa de bem logo honrará todos os seus compromissos como também não deixou de honrar os onerosos compromissos de natureza financeira milhões de euros que a anterior gestão autárquica se esqueceu ela sim de honrar. Quanto ao resto face à decisão do governo importa estabelecer com a nova equipa da gestão do hospital uma relação profunda e consequente que potencie os pontos fortes que existem e ajude a criar sinergias e estratégias que se focalizem nas áreas de maior debilidade é isso que os Amadorenses esperam das decisões políticas e da nova equipa gestora do Hospital Fernando da Fonseca é essa a nossa responsabilidade e é essa a nossa obrigação.”-----

Senhor **Deputado António Carixas** (pedido de esclarecimentos): “Senhor Deputado há dois pontos que eu gostava de esclarecer aqui ou que me pudesse esclarecer, enfim, primeiro na parte final, na parte final faz a referencia qualquer coisa que a gestão CDU se terá esquecido de fazer de cumprir alguma coisa que eu desconheço não percebi, eu só lhe pergunto quando é que foi instalado o hospital, se foi também como às vezes aqui se pretende na gestão do PS ou no tempo da gestão da CDU/PCP, foi instalado quando senhor Deputado? Quem é que fez o esforço para aquela instalação, foram todas as forças políticas, todas na gestão CDU/PCP acho eu só se o senhor Deputado tem informações que eu desconheço portanto peço que me esclareça. Relativamente a outra acusação que faz também gostava de ser esclarecido, só agora é que o PCP nomeadamente se lembra ou não se lembra das urgências das dificuldades das urgências naquele hospital o senhor Deputado sabe que existiu uma Comissão de utentes em que teve cidadãos sem partido na sua composição e cidadãos do PCP, do PS, do PSD nomeadamente, conhece? E que a maior preocupação as queixas maiores eram sobre as urgências conhece essa comissão de utentes o trabalho, que desenvolveu essa comissão de utentes, muito obrigado.”-----

Deputado **Ricardo Carmo** (pedido de esclarecimento): “Em nome da Junta de Freguesia da Venteira, é só uma pergunta porque há uma duvida que eu tenho e gostava que talvez o Senhor Deputado Carlos Jerónimo me possa esclarecer é que é o seguinte e falo aqui em nome da Junta de Freguesia da Venteira, porque sei que posso falar em nome da Junta de

9

Freguesia da Venteira não, não é do PSD é em nome da junta, e não do PSD, mas a dúvida que eu tenho nem tem a ver com o PSD da Venteira a dúvida que eu tenho e gostava que me esclarecesse é a seguinte primeiro como sabemos o hospital, o hospital está como sabemos na Freguesia da Venteira e a Junta de Freguesia da Venteira decidiu tomar uma posição sobre a questão do hospital a questão concreta e a dúvida que eu tenho que eu gostava que o Senhor Deputado me esclarecesse é o seguinte é que na Venteira o Senhor Presidente do PS vota de uma maneira e o vogal do PS vota de outra e eu gostava de saber qual é a posição do PS que eu não percebi.” -----

Senhor **Deputado Carlos Jerónimo** (resposta ao esclarecimento): “Eu começava pelo Deputado Ricardo Carmo ó Senhor Deputado o hospital está na Freguesia da Venteira mas o hospital é da Amadora portanto o Senhor elaborou uma moção na freguesia da Venteira como qualquer outra Freguesia poderia ter elaborado dei-lhe jeito porque consegue fazer maioria quanto às posições diversas do PS na Assembleia de Freguesia que o Senhor dirige ou peço desculpa que o Senhor aqui representa, que o Senhor aqui representa isso não me diz como lhe deve calcular respeito a posição do nosso voto, a posição do nosso voto que é aqui que estamos a discutir na Assembleia Municipal não é na sua Freguesia vai o senhor ver daqui a pouco quando tiver que quando isso vier a acontecer quanto às posições diversas de membros do meu partido ou pretensamente do meu partido na Assembleia de Freguesia que o Senhor aqui representa isso é um problema deles e eventualmente seu. -----

Senhor Deputado António Carixas, eu confesso-lhe que desconheço essa, essa comissão de há não sei quantos anos enfim também só tenho oito de Assembleia Municipal mas há uma coisa que eu lhe garanto não é falta de memória é que nessa altura eu não estava aqui o Senhor estava paciência é da vida mas, mas à uma coisa que eu lhe garanto desde há oito anos a esta parte eu sou um dos que me tenho empenhado muito nesta matéria e confesso-lhe também que da vossa parte não tenho visto digamos essa ênfase que eventualmente existiu na outra comissão de há vinte ou não sei quantos anos nessa altura se calhar empenhavam-se muito agora não tenho visto tanto eu sei o trabalho que tenho feito e aquilo que tenho dado a este município também nessa vertente ó Senhor Deputado quanto à questão, quanto à questão, à questão que me coloca ó Senhor Deputado deve estar a brincar comigo peço-lhe desculpa pela expressão mas deve estar a brincar comigo a que é que eu me estava a referir quando me referi a uma verba na ordem dos dez milhões de euros sensivelmente, enfim, à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

volta de um milhão e oitocentos mil contos a quê que seria Senhor Deputado, não sabe mas não sabe de todo ou quer que lhe diga, tem a ver com as expropriações, nomeadamente o Parque Central que os Senhores deixaram para nós pagarmos.” -----

Senhor **Deputado António Tremoço**: “Em primeiro lugar boa noite a todos, eu ouvi com muita atenção, ouvi com muita atenção a posição do Deputado Jerónimo, Carlos Jerónimo, e sinceramente não percebi nada e não percebi nada porquê, que dizer não percebi porquê, não percebi se era a posição do PS, não percebi se era a posição do PS e se era a posição do PS estou esclarecido e não percebi por duas coisas, primeiro o Hospital da Amadora foi uma luta muito grande que todos desenvolveram para termos o Hospital da Amadora e não foram os partidos a, b ou c foram todos os partidos para termos o hospital da Amadora, da Amadora na altura não era Amadora-Sintra era Amadora, portanto se depois passou a ser Amadora-Sintra alguém teve essa responsabilidade se passou a ter toda a população, portanto passou a uma situação diferente mas agora eu não estou a discutir partidos agora estou apenas a por as coisas claras para ficarem clarificadas, portanto nós tivemos uma luta terrível todos nós que estávamos aqui na altura para que o Hospital da Amadora-Sintra, da Amadora na altura só fosse construído e conseguimos e foi uma vitória dos Amadorenses dessa altura, foi uma vitória de todos os Amadorenses nessa altura, portanto, eu orgulho-me de ter participado nessa frente com outros com todos os que participaram exactamente porque pensávamos e continuamos a pensar que a saúde não é um negocio e continuamos a ter exactamente a mesma ideia a saúde não é um negocio e a saúde tem que ser para todos e para aqueles que menos posses têm. Esta é a nossa posição clara em relação a isto e precisamente por isto é que sempre defendemos que deve ser o estado até porque nós, nós que trabalhamos descontamos exactamente para isso que deve ser o estado a assumir determinadas responsabilidades em relação à saúde em relação à educação e em relação a outras matérias e sempre nos batemos exactamente por isso e quando o hospital foi privatizado, a gestão foi privatizada nós por varias vezes, por varias vezes tanto aqui e até na rua não temos problema nenhum em dizer com concentrações junto do hospital e se for necessário fazemos exactamente a mesma coisa batemos exactamente contra a gestão privada do hospital exigimos que a população da Amadora na altura falava na população da Amadora iria ter problemas graves em relação a essa gestão e agora o Senhor Jerónimo, Senhor Deputado vem dizer que afinal aquilo foi uma gestão que foi uma maravilha quando nós aqui por varias

F

vezes como, desculpe disse claramente deu a entender que não foi pela gestão, não foi pela gestão que foi retirado toda aquela situação nós aqui por varias vezes denunciámos casos todos de situações gravíssimas que se estavam a viver no hospital e que era necessário alterar e que aquela gestão que estava a ser praticada não resolvia o problema dos problemas graves que temos aqui em termos da saúde na Amadora por varias vezes nós discutimos isto aqui e por varias vezes insistimos e por varias vezes dissemos claramente ao longo dos vários governos que os vários governos deviam rectificar esta situação e o hospital passar à gestão que nunca devia ter sido ao contrario que era uma gestão pública por varias vezes dissemos isto e agora não se trata aqui de vitorias ou derrotas não se trata de vitorias ou derrotas o que se trata é de repor uma situação que nunca devia ter sido privatizada e que de facto veio dar queiramos ou queiramos veio dar coisas escandalosas Senhor Jerónimo assistiu-se a coisas escandalosas de verbas, de verbas que eram do estado e que foram gastas, foram gastas e que ainda hoje gostaríamos de saber o porquê, porque se de facto houvesse justiça neste país se calhar muitos dos gestores que passaram por aquele hospital hoje estavam presos é verdade ou não é Senhor Jerónimo pelas vigarices que fizeram em relação, não fui eu que disse os vários jornais de facto têm vindo a denunciar esta situação, então se é uma situação destas como é que nós podemos continuar a dizer que de facto, nós o que devíamos dizer exactamente o contrario é que não é aquele hospital é todos a saúde não devia ser privatizada, a saúde devia ser publica e devia ser para todos e o que temos assistido neste últimos anos é exactamente o contrario é que a saúde está a ficar de tal maneira qualquer dia a situação que temos é que tem dinheiro tem saúde e paga, quem não tem dinheiro não tem possibilidade, de uma situação que cada vez é mais grave eu percebo sinceramente eu quer depois é o PCP, o PCP, o PCP eu orgulho-me muito de ser do PCP tenho um orgulho tremendo de ser do PCP pelo passado e pelo presente e pelo futuro nunca tive esse problema Senhor Jerónimo não é esse problema que eu tenho quem os tem, quem os tem que os tenha eu não tenho problema de ser do PCP porque lutei antes e continuo a lutar agora Senhor Jerónimo não mude de casaca não meto na gaveta não faço nada disso não meto nada na gaveta como o Senhor sabe nem vale a pena me estar a referir. Tudo isto para dizer de facto que nós não temos lições nenhuma a receber não recebemos lições de ninguém continua exactamente o nosso trabalho batemos pelo que nos batemos anteriormente e vamos continuar a bater no futuro Senhor Jerónimo.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Paulo Torres**: “Bem eu não podia deixar de intervir nesta matéria já que é uma área que tive oportunidade de fazer um pequeno estudo sobre o assunto na área da gestão hospitalar e só há uma coisa que não consigo compreender da posição do PS fase a este assunto porque primeiro assume a falta de capacidade do estado de controlar os contratos de gestão privada que faz ou seja, não a incapacidade, a incapacidade os grandes problemas que têm havido com a gestão do Hospital da Amadora têm sido sempre de o estado não fiscalizou durante a execução do contrato e depois na altura de prestação de contas não concorda, foi o que aconteceu até temos a actual ministra da saúde está, está acusada num processo de responsabilidade financeira exactamente por ter falhado os seus deveres de fiscalização não é, pronto, a situação é esta está a reconhecer a incapacidade do estado. -----

Eu pergunto: - sendo as regras de gestão das E.P.E.S. muito semelhantes às regras de gestão dos privados com controlo a posteriori como pretende o PS controlar o desempenho dos gestores públicos nos hospitais EPE? Já que, qualquer prejuízos que se mantenham nos hospitais EPES terão que ser assumidos pelo estado. A questão é só esta, porque no caso da gestão privada o estado depois contesta pagamentos que são feitos exactamente será a entidade gestora para não ter prejuízo está a facturar o estado diz que é mais a entidade gestora há-de entender que está a facturar o que é devido, correcto, num hospital EPE com o seu contrato programa que recebem regras semelhantes não iguais mas recebe pagamentos do Ministério da Saúde com regras muito semelhantes ao contrato de gestão privada, com mais até uns factores para compensar a ineficiência do sector publico e dos hospitais públicos essa coisa toda, e uns factores de correcção que também não beneficiou o ganho de eficiência porque estão são factores de correcção que beneficiam os hospitais menos eficientes, mas mesmo assim tem prejuízos, continuam a tê-los reduziram os prejuízos mas continuam a tê-los, como pretende o estado controlar esses prejuízos? Se são devidos a falhas de financiamento por as regras de financiamento serem inadequadas ou por e simplesmente por uma gestão deficiente desses mesmos hospitais. É só esta questão, porque não compreendo não consegue controlar a gestão dos privados mas a gestão dos privados é uma gestão que tendencialmente tende a que não haja prejuízo aqui a questão é só controlar se não vai evitar os prejuízos à custa do erário público enquanto que a gestão publica é tendencialmente uma gestão que se preocupa pouco com a existência de prejuízos então como é que se vai controlar os gestores para se evitar essa mesma situação já que as tarefas a desempenhar para controlar uma situação e outra são extremamente semelhantes, muito obrigado.” -----

9

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, ó Deputado António Santos por acaso já passou muito tempo não me vou irritar, não me vou irritar pode estar descansado esteja descansado não me vou irritar, vou dizer uma coisa o seguinte o meu amigo naturalmente eu acho que há questões e à críticas que se fazem nomeadamente à falta de capacidade de convocarem reunião da comissão especializada da CRIL naturalmente que não é para mim que quer fazer deve querer fazer para a mesa e naturalmente para os seus colegas todos os Deputados da Assembleia Municipal, não é para mim seguramente não é não sou eu que tenho a obrigação de convocar a Comissão de Acompanhamento da CRIL que é uma Comissão Parlamentar, como sabe, bom e o que eu disse e o Senhor Deputado sabe bem, quando a comissão funcionar e me convocar eu lá irei é isto mais do que isso não sou obrigado a fazê-lo. -----

Naturalmente Senhor Deputado sente algum desconforto por alguns munícipes virem aqui e colocarem mais questões com mais permanência sobre aquilo que o meu amigo mas isso enfim, é um problema que seguramente não é meu é um problema se calhar de falta de oportunidade ou de antecipação dos munícipes que vêm primeiro e colocam as questões e se calhar por causa disso o Senhor Deputado não as pode colocar. Sobre o resto quem representa o quê não vou falar sobre isso não vale a pena não vou entrar nesse tipo de discussão como deve de imaginar e sobre a questão, de era o que faltava participação, participação sim há participação nas discussões agora Senhor Deputado eu acho uma, eu acho que o Senhor Deputado defende uns conceitos a participação é importante e ouvir as pessoas é importante mas aqui o Senhor Deputado pertence se calhar não tem nenhum cargo desses nem está em nenhuma Câmara Municipal nem é na qualidade executiva nem a sua camarada de partido faz isso na câmara que preside que é permanente em participação como todos e qualquer maneira, não é assim que faz como sabe porque senão não conseguia gerir a câmara mas deixe-me dizer-lhe nós temos participação ouvimos as pessoas e porque no ponto de vista de os ouvir e do ponto de vista daquilo também são os projectos que apresentámos há projectos que nós apresentámos que a população também validou e como tal temos obrigação de os cumprir naturalmente acompanhando procurando ouvir as críticas e as críticas quando são justas, objectivas e fazem sentido naturalmente nos acolhemo-las não é por vir de outra pessoa qualquer independentemente das posições que tenham ou não tenham que nos não as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aceitamos como de facto são críticas objectivas e fazem sentido e destinam-se a melhorar e corrigir aquilo que são os nossos projectos. -----

Senhor Deputado sobre a questão do consórcio agora falam como é que é um dos membros do consórcio Fernando da Fonseca bom, ó Senhor Deputado eu acho que essa forma é uma forma de facto de alguém, permita-me a expressão tem uma forma de estar política que não é a minha a Câmara resolveu em determinado momento aceitar incluir-se no capital social do Fernando da Fonseca do Grupo Melo, Melo Saúde e entendeu tendo em conta que a proposta foi discutida na mesa, era uma proposta interessante do ponto de vista daquilo que tinha a ver com a câmara estar, poder acompanhar, poder de alguma também influenciar e ao mesmo tempo poder contribuir para melhorar aquilo que são a prestação do Hospital Fernando da Fonseca e como o Senhor Deputado sabe há um conjunto de questões que discutem nos órgãos que têm nas Assembleias Gerais e também há uma outra questão que o Senhor Deputado também soube perfeitamente tem a ver com uma comissão de que havia estratégica um conjunto de pessoas respeitadas como o Senhor Deputado também sabe uma data delas respeitadas e preocupadas com as questões da saúde e as questões sociais, bom e por a Câmara aquilo que fez foi entrar um capital ficar com seis por cento do qual gastou investiu cinco mil euros como o Senhor Deputado sabe, cinco mil euros dos quais naturalmente e como o Senhor Deputado sabe também já lá vamos, agora ponho-me na posição do membro do consorcio o Senhor Deputado desculpe lá não agora não é o Presidente da Câmara, é o membro do consorcio e como membro do consorcio vai dizer uma coisas sobre o hospital, o Presidenta da Câmara não o diria, mas o membro do consorcio vai ter que o dizer, bom e o Senhor Deputado também sabe que no âmbito daquilo que tem a ver com a prestação do contrato que tinha o Grupo Melo, o Grupo Melo, Câmara da Amadora, Câmara de Sintra, Senhor Deputado o contrato que tinha naturalmente tem um conjunto de pagamentos que são devidos em relação aos serviços que prestam e como tal a gestão porque é uma gestão privada, é uma gestão privada dá lucros porque tem eficiência, e dá lucro e os lucros são divididos pelos accionistas o que quer dizer que a Câmara ira ser naturalmente, no final, quando o estado pagar, o Senhor Deputado também sabe quando é que o estado não paga, desde quando é que as contas não são aceites, sabe, sabe não é á dois anos, nem á três, nem á cinco é á mais Senhor Deputado dois mil e dois pelo menos não estão fechadas bom, e sabe porque que não estão fechadas, sabe porque é que não estão fechadas, não pela razão de que há bocado o Senhor Deputado Tremoço dizia saúde para todos, sabe porquê sabe qual é as

4

grandes questões das divergências das contas, sabe é que a ARS não quer conhecer sabe o quê o Hospital presta serviços de saúde a pessoas que não estão legais em Portugal e como não têm cartão nenhum em relação à caixa a saúde não lhe paga, acha que isto é que é saúde para todos Senhor Doutor, não tenho este relatório tenho agora porque antes não tinha porque não fazia parte do consórcio e como tal agora já tenho esses elementos e por isso Senhor Deputado isto para dizer o seguinte: do ponto de vista da fiabilidade das contas as contas que estão apresentadas no hospital naturalmente a outra parte contesto também está no seu pleno direito, de estar como é evidente será que foram tantos aqueles que não tinham residência em Portugal que foram assistidos ou serão menos, não sei se é essa a discussão, mas pode ser essa ou será que quem é que tem a obrigação de pagar não é o estado, aí o estado não tem obrigação para toda a população, o serviço de saúde não é obrigação do estado é pelo menos o Tremoço o diz até agora não ouvi ninguém dizer o contrário não é (mudança de cassette) ...mas aqui como as contas lá do ponto de vista contabilístico estão certas pode ter a certeza Senhor Deputado, que aquilo naturalmente tem auditorias e as auditorias também fiscalizam as contas bom, Senhor Deputado para dizer o seguinte bom vamos lá ver eu acho que as questões e permitam-me dizer isto sobre esta questão, eu não tenho nenhum problema nem tenho nenhum complexo sobre as questões da saúde, eu acho que a saúde é uma obrigação do estado para todo o cidadão, independentemente de ser prestada do ponto de vista prestador de serviços ou por uma entidade pública ou uma entidade privada desculpe lá essa para mim é a mesma coisa, e o Senhor Deputado quero dizer-lhe uma coisa espero, espero e espero que melhore o seu hospital, porque o hospital só melhora não é mudando de gestão Senhor Deputado, não é mudando do privado para o público que vai melhorar pode ter a certeza, só melhora se, se, se quê, se construí o hospital para Sintra, se pusermos o Centro de Saúde da Amadora e de Sintra de serviços de retaguarda ao serviço do hospital, se, se, se, não é mudar apenas de uma gestão para a outra que vai melhorar pode ter a certeza há uma coisa que o senhor Deputado também sabe e o senhor Deputado já foi ao hospital eu já lá fui e não lá para ir visitar, já lá fui mesmo como doente também já fui e quero lhe dizer de facto que existe uma parte crítica mais crítica do hospital, toda a gente sabe que é as urgências tirando as urgências Senhor Deputado também já frequentou como eu frequento vários hospitais sei o que é a diferença e sei que o Hospital Fernando da Fonseca não quer dizer que é por ser privado é porque é assim que funciona, do ponto de vista a partir das urgências é dos melhores hospitais do ponto de vista de funcionamento de atendimento de condições de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

higiene, etc., é verdade, sobre isso é verdade, não tenhamos duvida nenhuma e por isso espero que esta mudança que não teve a ver só faltava o Senhor Deputado ser mais inteligente bom foi com a entrada da Câmara da Amadora e de Sintra no consorcio que levou a que afinal fosse tirado agora a concessão ao Hospital ao Grupo Melo, bom faltava essa conclusão que era brilhante, era brilhante, mas não foi nós também não entrámos por causa disso não, não é apesar de não, é apesar de sabe porquê Senhor Deputado, o Senhor Deputado sabe bem que havia como há um contrato que ele tinha de ser denunciado foi denunciado como o Senhor Deputado sabe, sabe que o Ministro na altura denunciou e abriu disse que abriu novo concurso disse quais eram as regras Senhor Deputado sabe isso, disse novo concurso tem que ganhar tem que fazer não sei o que o mercado de Sintra o Hospital de Sintra etc., bom era isto e ninguém que eu percebi ninguém contestou isso o que é um estado de direito terminou um contrato, se quer abrir um contrato, abre o concurso público e a empresa que está em melhores condições, e não foi isso que aconteceu enfim, de repente à uma mudança também não tem drama nenhum também se mudou de Ministro não é, cada Ministro também tem naturalmente uma estratégia do ponto de vista da politica e mudou de politica e também não veio mal ao mundo mas isso não quer dizer que aquilo que são os compromissos que tinham assumido do ponto de vista dos concursos públicos estavam lançados em relação a construção de hospitais por parte de entidades que iriam fazer privadas que faziam a exploração e a gestão durante um tempo que isso fosse rasgado, e por isso mesmo o Senhor Deputado diz bom mas o de Braga vai ser bom o concurso estava na rua naturalmente era o que faltava e não tem nenhum drama e por isso Senhor Deputado dizer assim, não esteja preocupado eu gostaria quando o Senhor Deputado quisesse discutir a questão da eficiência do hospital do ponto de vista do serviço que presta à população é isso que me interessa nós podemos discutir com dados objectivos porque é assim as eficiências dos gerentes hospitalares quer seja públicos quer sejam privados vê-se do ponto de vista quais são os objectivos de atingir e o que é que atingiram os objectivos de satisfação naturalmente em relação à população como é obvio não é de satisfação do ponto de vista daquilo que é financeiramente é no outro ponto de vista quantas consultas dá, quantas operações faz, quanto tempo demora nas urgências, qual o numero de camas que tem etc., é nesse aspecto que se vê a eficiência é aí, e nesse aspecto há indicadores naturalmente que eu hoje tenho que não tinha naturalmente que hoje tenho podemos dizer em relação aquilo que eram os indicadores definidos nomeadamente pelo Ministério da Saúde e pela ARS que foram

atingidos e ultrapassados coisa que em alguns hospitais também privados e ou outros públicos não foram atingidos ainda, bom, por isso senhor Deputado não vamos falar mais sobre a questão do Hospital, mas estou disponível para quando o Senhor Deputado quiser fazer essa discussão já que me provocou com a questão do membro do consorcio estou disponível para essa discussão de uma forma naturalmente, assim e tenho que trazer os elementos todos do consórcio, os dossiers todos as pastinhas todas os dados todos e tal estatísticas aquelas coisas todas, porque eu acho que naturalmente o meu amigo, como eu estou em representação do consorcio e o meu amigo é um dos accionistas naturalmente quer que eu lhe explique como se faz o ponto de vista da gestão do Hospital Fernando da Fonseca. Exactamente, eu estou de porta aberta exactamente para um accionista de porta aberta é exactamente é isso mesmo. -----

Senhor Deputado Paulo Torres sobre a questão da segurança eu de facto é-me difícil eu conheço algumas zonas e o Senhor Deputado também conhece onde existe uma grandes enfim, onde existe umas extensas barreiras, passadeiras aquelas em betão mesmo não é, mas como sabe a maior parte não constituem zonas residenciais, não se situa em zonas residenciais o Senhor Deputado conhece eu conheço de alguns municípios em Sintra algumas em Cascais a umas zonas perfeitamente marcadas e especificas alguns casos até em condomínios quase fechados não é como sabe e por isso não é a mesma coisa que na Amadora e na Amadora de facto isto é quase tudo urbano é tudo denso mora tudo gente de maneira que enfim, nós não podemos permanentemente estar a fazer esse tipo de passadeiras apesar de haver zonas eu próprio já defendi isso, porque eu acho que há zonas onde era necessário para ver se acalmava naturalmente uma data de carros vão-se partir mas isso e depois lá está a câmara a indemnizar naturalmente os estragos em relação às viaturas à poder ter a certeza porque aquilo de ponto de vista das regras não cumpre como tal não devem ser colocadas porque à aqui normas há, há não posso Senhor Deputado, há não pode aquelas não cumprem as normas Senhor Deputado, não cumprem as normas pois eu sei qual é o despacho do Director Geral, qual o Director Geral de Viação o actual ou o antigo pois, está bem, bom nós temos algumas preocupações, mas isso quero dizer que muitas das coisas que temos visto, muitas vezes a questão dos sinais e temos posto sinais fecham consoante a velocidade também temos alguns casos desses, bom o Senhor Deputado não pára de qualquer maneira alguns não param nem que pisem as pessoas passam por cima delas não é, não partem nada há uns que não parte sabe porquê, porque a maior parte das vezes os carros nem são deles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

pois por isso não param não tem problema nenhum o carro não é deles quero lá saber disso para alguma coisa é a verdade como você sabe grande parte desses problemas de acidentes que temos a maior parte dos carros não são dos próprios não são é evidente que também estou preocupado e o Senhor Deputado também está estamos temos que ver qual é a forma não é seguramente por uma lomba daquela de vinte em vinte metros não é seguramente, não é o Senhor Deputado não gostaria de permanentemente, Senhor Deputado claro em toda a cidade porque a gente tínhamos que por lombas em toda a cidade como é obvio porque é que há-de ser num lado não há-de ser no outro porque estas coisas todas se fazem bom, mas ó Senhor Deputado vamos ver eu como digo estou farto de pedir ao transito faça algum estudo do ponto de vista de contribuir para aquilo que tem a ver com a redução da velocidade se calhar também podíamos aplicar aquela coisa que em Lisboa, também dava jeito do ponto de vista das receitas não é, lomba o semáforo fecha uma multa dispara, era, uma ideia de vez em quando vêm-me estas ideias dadas pelos Senhores Deputados naturalmente, de maneira que essa também é uma das que eu vou pensar se é interessante para colocar nalgum sitio, mais não seja era interessante porque as pessoas passam, quando começarem a aparecer as multas e as tiverem que as pagar isso já, mas isso vai penalizar alguns não vai penalizar aqueles que andam a fazer rali pode ter a certeza, porque esses não pagam na mesma as multas, não é, bom por isso, exacto, pois ou às vezes o carro é do vizinho do lado não é alguém que gamou o carro, á não, esse não vi todo a dizer ó Senhor Deputado esse é um caso.-----

Ó Carixas três questões, quatro questões, colocou-se aqui uma data de questões, que nunca mais acabava, a participação mais activa dos jovens na Assembleia Municipal Jovem, lá na Assembleia. De facto vocês estão quase a querer acabar com a Assembleia e passar a haver um órgão único que é a Câmara que também é Assembleia não? Desculpe lá só falta dizer isso, organizem-se não é, organizem-se, não é a Câmara naturalmente que substitui a Assembleia, agora a Câmara do ponto de vista do apoio que tem dar, estrutura do sector de educação dá o apoio naturalmente à montagem desta operação, agora não é a Câmara que define as regras, a forma de funcionamento, pois, ó Senhor Deputado, Senhor Deputado os temas são a escolas, a organização é concertada com os serviços da Câmara com a Assembleia Municipal, com a Assembleia Municipal ou com a Assembleia Municipal, com a Assembleia Municipal ponto final e não digo mais nada com a Assembleia Municipal, com a Assembleia Municipal não é com o Presidente da Câmara, estou a dizer não é com o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara não participou nunca em nenhuma reunião

sobre essa matéria o Presidente da Câmara mas eu estou-lhe a dizer, ó Senhor Deputado, ó Senhor Deputado está bem organizem-se, claro vocês é que são a Assembleia não sou eu.-----

Bom, Damaia Senhor Deputado diz o Senhor Deputado estava a falar do Bairro de Santa Cruz a via projectada no Bairro de Santa Cruz da CRIL projectada por quem? Em que tempo? O corredor fomos nós que o colocamos lá já estava desde inicio, há o corredor inicial aliás sabe bem isso, aquele corredor tinha um canal, um canal por acaso algumas até ocuparam de um lado e do outro, ocuparam o canal do lado do Bairro de Santa Cruz ocuparam com o chamado acrescento dos quintais está lá claro e do lado da Amadora ocuparam com um edifício também sabe disso do lado da Amadora não quero dizer que foi a Câmara da Amadora, do lado da Amadora também sabe isso bom e por isso é assim desde inicio, desde inicio aquela via tinha quatro faixas, não o Senhor Presidente, desculpe quatro faixas, quatro faixas o senhor Presidente da Câmara na altura de Lisboa defendeu três para o lado dele dizendo, bom ficam três depois se for preciso mais tarde faz-se a quarta, bom, é pá não vou discutir estes termos foi assim, isto foi assim e de maneira que me lembro perfeitamente dessa opinião e dessa discussão e pá e não me lembro de ninguém se ter rido se quer, porque enfim também tinha medo não é algum, mas que foi assim que foi acertado e depois na altura ficou acertado isso e depois mais tarde foi do ponto de vista de segurança, com a segurança, porque como é obvio vêm quatro e têm três não é, é evidente dentro dum túnel é obvio que aquilo dá risco não é, bom, e como tal teve que corrigir no âmbito daquilo que tem a ver com as auditorias que foram feitas no âmbito da, da prevenção e segurança rodoviária.-----

Sobre a questão dos quiosques, dos quiosques, ó Senhor Deputado nos temos dois quiosques do lado de lá, o da florista e dos jornais, quiosques esses não interessa porquê nunca pagaram nada à Câmara não interessa porquê nunca pagaram é pá nunca pagaram nem à Câmara nem à CP também havia aquela duvida se aquilo era Câmara se era CP se calhar não sei, o que é certo é assim isto está a ser falado com as pessoas não vai haver quiosques, mas vai haver quiosques e as pessoas têm que pagar como é obvio é evidente era o que faltava não é agora, vai haver quiosques, não vai haver aquela coisa que nem é uma coisa nem é outra se nós estamos a intervir do ponto de vista do espaço público é evidente que os quiosques têm que estar enquadrados daquilo que estamos a fazer da intervenção dos espaço público e nesse sentido as pessoas já foram contactadas não sei a carta é mais dura ou menos dura, mas às vezes é preciso dizer também às pessoas que é a serio as vezes as pessoas não acreditam, bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

não sei não li estou à vontade porque não li, mas não acredito que tenha sido com a intenção que não seja por as coisas rapidamente no bom caminho para poder-mos andar com esta matéria.-----

Sobre o Pavilhão José Torres bom, o Pavilhão José Torres como sabe tem todo um processo por acaso o clube treinou lá, o clube treinou até um tempo que começou a haver problemas ainda graves no Pavilhão e que neste momento está fechado do ponto de vista de intervenção há aqui uma grande questão há quem defenda na Câmara nomeadamente o Vereador, que é para eu não ser sempre o mau da fita não é às vezes também não é sempre o mau há que defenda que deve receber o pavilhão apesar do problema que temos em tribunal e apesar de ter deficiências que o pavilhão tem mas, há a dos técnicos quem defenda não deve fazer porque nesse caso a responsabilidade do construtor desaparece bom e por isso, há aqui esta questão que tem que ser gerida como é obvio para podermos também intervir no pavilhão aquilo que nos pretendíamos é que o tribunal decidisse, decidisse o ponto de vista independentemente, bom ok o estado de situação e este e depois logo se verá mas há um ponto de partida até agora não o vez e de maneira que temos este conflito que neste momento existe.-----

António Tremoço só duas coisas Tremoço duas coisas que é só uma coisa que concordo com o Tremoço finalmente pá, não concordo contigo, concordo contigo que a saúde é para todos é esse aspecto que eu estou a dizer é tanto para os que podem como para os que não podem agente tem que dar saúde a toda a gente tem quer dar serviço de saúde a toda a gente mesmo aos que podem pagar era o que faltava que agente agora tivesse uma discriminação só há saúde para uns e não há para outros se nós somos contra esse principio nós somos a favor do principio de saúde para todos é isso que nós defendemos, por isso estamos de acordo.”-----

Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia:** “Antes de entrarmos no período da Ordem do Dia, queria só uma breve nota ao Senhor Deputado António Carixas, não me parece que seja o momento oportuno para no fundo responder a algumas dúvidas que manifestou, de maneira que farei questão de, sobre a questão da participação da Assembleia Municipal, Senhores Deputados sobre essa questão, mas terei ocasião em local próprio, e em reunião própria, de recordar ao senhor Deputado os termos do regimento que permitem a participação dos Senhores Deputados, e nomeadamente o papel das Comissões, depois falarei com o Senhor Deputado mais pormenorizadamente.”-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** não havendo mais intervenções, encerrou este período. -----

VI – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos do nº 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei nº 197/97, de 8 de Junho, da proposta da C. M. A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Vigilância das Instalações Municipais*” – *Abertura (Proposta n.º 119/2008)* ”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer, o qual foi lido por si (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da palavra. -----

Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** abriu as inscrições. -----


Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente, peço desculpa não estive presente na reunião a minha pergunta fazia mais sentido, faria mais sentido, faria mais sentido tê-la feito na comissão mas como eu não pude estar presente é uma questão mais técnica do que propriamente política digamos assim, tem a ver com os critérios de adjudicação só gostava de saber porquê que há apenas só um critério de adjudicação, isto é, será o critério será o mais baixo preço porquê só este eu depois enfim, não sendo, não sendo especialista, longe, longe de mim dessa questão de ser especialista nestas questões técnicas de concursos administrativos digamos assim depois há frente exige-se penso eu que será isso exige-se a entrega de alguns relatórios de alguma documentação tipo, tipo curriculum da empresa talvez isso ajude depois na selecção enfim, parto eu desse principio talvez errado a minha duvida é esta porquê apenas este critério, muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Boa noite Senhor Presidente em exercício, boa noite ao Executivo, Senhores Secretários, Colegas Deputados, digníssimo público, o que aqui nos é apresentado é infelizmente uma medida que não combate a precariedade ao emprego, e portanto, o Bloco de Esquerda não votará favoravelmente, principalmente por essa razão mas não só ao verificarmos esta proposta verificamos que o que está aqui em causa são apenas trinta vigilantes não estamos a falar assim de um numero exagerado, e portanto, pensamos que era uma que era um bom sinal não optar por este tipo de contrato com empresas enfim em regimes de outsourcing recibos enfim, o costume não é, estamos a falar de trinta vigilantes que cujo as funções estão aqui muito bem especificadas e que são funções que têm que ser asseguradas não só durante os doze meses de vigência do contrato, mas vislumbra-se que seja para sempre ou até os equipamentos existirem portanto não estamos a falar de funções ou tarefas pontuais, quando verificamos aqui quais são os equipamentos que vão ser alvo desta vigilância verificamos que são equipamentos que estão no município e que estarão com certeza no futuro e portando desse ponto de vista. Em relação à questão levantada já aqui pelo anterior interveniente é interessante que o único critério seja o do baixo preço que logicamente poderá levar a querer que as empresas que vão apresentar as propostas pagarem em princípio baixos salários temos aqui de facto alguns serviços pontuais e o Bloco de Esquerda está obviamente, disponível para discutir as situações excepcionais agora não podemos de facto concordar com esta lógica de que a precariedade no trabalho é uma fatalidade do destino.” -----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, o Deputado Carixas colocou a questão apenas uma penso eu tem a ver com a questão porquê único critério o preço e o Senhor Deputado se tiver oportunidade de ver aquilo que é a identificação das clausulas técnicas do próprio concurso estão justificadas, edificio a edificio, qual é, o que é que é preciso fazer quantas pessoas são o que é que fazem os turnos tudo isso está tudo o resto obedece a que estas empresas têm que ter toda a certificação como é obvio que é obrigatório, e por isso essa é a formula senhor deputado, bom, podíamos o preço e o quê, pôr mais pessoal, nós não queremos pôr mais pessoal é este porque entendemos que este é o suficiente, porque vestem melhor ou vestem pior não é isso, penso que não é essa a questão ou seja eu acho que este concurso do ponto de vista daquilo que são, aquilo que têm que fazer está totalmente definido e por isso a questão aqui tem de ser o preço porque nós entendemos



que o resto das empresas porque isto é um concurso público internacional têm que ter certificados têm que ter enfim, já serviços prestados e inclusivamente têm que ter um conjunto de outras questões nomeadamente a segurança social, não ter dívidas ao fisco, etc., etc., etc., bom, por tudo isso aperta o leque e como tal não coloca em causa uma empresa que vem aqui pagando mal aos trabalhadores e apenas para ganhar o concurso e depois não o cumprir.-----

Depois outra questão que eu acho interessante tem a ver com precariedade do trabalho se nós achamos que esta é uma forma de contribuir para a precariedade do trabalho eu penso que não é, é uma forma de acabar com a precariedade do trabalho quando abrimos um concurso para empresas que têm trabalhadores, têm trabalhadores nos seus quadros não é e se não tiverem trabalho se não tiverem prestação de serviços a fazer fecham e despedem trabalhadores, não é Senhora Deputada é evidente que sim, aí não, aí não conheço outra forma as empresas que eu conheço que têm tantos trabalhadores nesse sector se as empresas não tiverem naturalmente serviços a prestar é evidente que despedem pessoal e aí é que precariedade do trabalho, bom e a questão do contrato, eu não sei qual é nem quero entrar por aí as vezes não tem a ver com isso com a formação que têm mas peço-lhe que, não sei se, teve oportunidade de ler o programa do concurso isto não é um concurso para toda a vida, até à duração do edifício, dos equipamentos não, isto é um concurso, isto é um concurso que é feito para um ano renováveis por dois como sabe a qualquer momento a Câmara e a Assembleia podem dizer não há mais concurso, para outra forma qualquer, ver se agente se entende, por isso é bom que as coisas, por isso Senhora Deputada dizer-lhe que como eu digo, não, eu acho que esta forma permite também às empresas terem uma estabilidade porque também é difícil uma empresa contratar trabalhadores quando sabe que daqui a um ano pode não ser renovado o contrato e como tal coloca-a numa situação complicada não é, e por nós mesmo num concurso desta natureza tendo em conta um concurso público internacional tem o seu tempo permite, o seu mecanismo que é podermos renovar por mais dois períodos para garantir também um serviço uma prestação de serviço e também ao mesmo tempo para a fixação de pessoal e também no sentido de também podermos a qualquer momento posso, posso dizer não ser renovado se for mal prestado, se não forem cumpridas as regras, pode não ser renovado como a Senhora Deputada sabe e uma possibilidade que temos, e por isso Senhora Deputada dizer que a esse ponto de vista eu não concordo com a sua opinião mas, mas há partidos diferentes seguramente, sobre a questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

precariedade eu penso que este tipo de concursos não contribui para a precariedade e a seguir vai ter oportunidade de ver outro concurso a seguir que sabe, não é Senhora Deputada terei oportunidade para lhe explicar também, muito obrigado.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor do PS, PSD e CDS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 7 abstenções da CDU (Documento anexo à presente Acta).-----

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º da Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações Municipais” – Abertura (Proposta n.º 120/2008)*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu, analisou e emitiu parecer, o qual foi lido por si (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da palavra.-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Senhor Presidente da Câmara existem duas lógicas que o executivo municipal pode ter para suprir as dificuldades que tem para garantir os serviços de funcionamento, a sua lógica tem sido desde os últimos tempos claramente a recorrer a serviços de outsourcing nós admitimos pontualmente possam existir nesta Câmara ou noutra Câmara em qualquer serviço publico, qualquer serviço do estado serviços pontuais em que a contratação de pessoas seria de mau senso e que o bom senso será para esses efeitos a contratação em regime de outsourcing ou de outro qualquer recurso a trabalhadores de outras empresas admitimos isso com excepção, agora enquanto a lógica enquanto o principio e contra regra for exactamente o contrario ou seja a decorrer sistematicamente a esse tipo de serviços nós votaremos sempre contra todos os concursos públicos para a atribuição de serviços a empresas de outsourcing e repare que a Câmara Municipal neste caso em concreto

f

em particular a Câmara Municipal da Amadora, Concelho que nos temos todos a consciência e que nos preocupamos penso eu todos com isso uma diminuição sistemática ao longo dos anos de postos de trabalho dizer que, dizer que o sistema é assegurar, assegurar o trabalho através de cedência a empresas de segurança ou de limpeza cheias de dificuldades para garantir, o Senhor Presidente não vive neste país, o Senhor Presidente sabe bem, sabe bem que com a permissiva lei do trabalho que existe como é que funcionam esse tipo de empresas funcionam a recibos verdes infringindo as próprias regras do contrato de trabalho no que diz respeito à extensão do tempo de contrato a prazo o Senhor Presidente sabe bem, sabe bem que são empresas que vivem em regime de silêncio absoluto no que diz respeito no direito aos trabalhadores, direitos adquiridos, direitos sindicais Senhor Presidente sabe bem isso, sabe bem isso, sabe bem isso e se não sabe, e se não sabe pelo menos os sindicalistas da UGT que na grande maioria são do seu partido e se conseguem reconhecer que a diminuição dos direitos de trabalho e o direito dos trabalhadores nas empresas desta natureza são evidentes e merecem da parte e merecem da parte de todos nós um profundo repúdio, nós não vamos, não vamos, não vamos continuar a discutir casuisticamente caso a caso este tipo de concursos públicos enquanto a regra do Partido Socialista for recorrer a empresas de outsourcing para resolver os problemas de necessidade dos serviços da Câmara Municipal da Amadora.” -----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, sobre a questão da precariedade do emprego o senhor deputado á bocado colocou aquela questão e por exemplo em relação à limpeza não sei se sabe que há um princípio uma norma que está estabelecida seja qual for a empresa que ganhar os trabalhadores passaram para a outra empresa ou seja mantêm-se os postos de trabalho e mantêm-se as pessoas a trabalhar e por isso não é um pormenor menos importante senhora deputada não é um pormenor bom se isto é um pormenor então não sei o que é que é um pormenor desculpe lá que lhe diga com toda a franqueza e depois é assim eu não tenho e permita-me aqui uma divergência não é tanto consigo mas é com o seu companheiro do lado camarada entre aspas que tem uma divergência grande é que o senhor Deputado é defensor de acabar com a iniciativa privada e com as empresas privadas, e passava a ser tudo público tudo estado eu não defendo esse princípio, não, não eu não defendo esse princípio, não eu não defendo esse princípio com toda a franqueza se calhar é que nem toda a gente que está aqui na sala é funcionário do estado o que quer dizer que alguns não tinham emprego se fosse esse princípio já não tinham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

emprego porque se o senhor Deputado defendia que fosse só o estado e por isso eu acho que as questões, e permita-me dizer que há quem cumpra e respeite os trabalhadores e os desejos dos trabalhadores sejam públicos ou privados. Afinal há um conjunto de manifestações da vossa parte nomeadamente do ponto de vista político dizendo malandro do governo lá está o governo contra os trabalhadores, a cortar com os direitos dos trabalhadores, afinal não é verdade, é só os outros os privados é que fazem isso o público não faz Senhor Deputado, bom, é bom que acertem o discurso também não me parece que seja um discurso muito certo, muito obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 33 votos a favor do PS, PSD, CDS e CDU e 2 votos contra do Bloco de Esquerda (Documento anexo à presente Acta).-----

3 – Apreciação e votação nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “ *Concurso Público 03/DH/2008 – Alienação de Lote de Terreno para Construção de Habitação a Custos Controlados na Rua Marechal António Spínola/Rua da Pedreira – Casal da Boba, Freguesia de S. Brás – Abertura (Proposta n.º 66/2008)*”. -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu, analisou e emitiu parecer, o qual foi lido por si (Documento anexo à presente Acta). -----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da palavra. -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes (Documento anexo à presente Acta). -----

9

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Hasta Pública para Venda de Fracções não Habitacionais no Bairro Municipal do Casal da Mira (Proposta n.º 67/2008)*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu, analisou e emitiu parecer, o qual foi lido por si (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da palavra. -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhor **Deputado António Santos**: “Obrigado. Esta intervenção é especialmente dedicada ao Senhor Presidente da Câmara por defender a iniciativa privada e a defesa de critérios e rigor na concessão de direitos de exploração de lojas em centros comerciais. Em dois mil e cinco, foi aberto um concurso sendo que os lotes tinham uma base de licitação que correspondeu a zero propostas ninguém concorreu para a ocupação desse espaço este ano apresenta o mesmo concurso e os preços são invariavelmente mais baixos cerca de metade do preço daqueles que foram licitados em dois mil e cinco, o problema é que no espaço em questão não é possível garantir o funcionamento do Centro Comercial com quarenta de duas lojas, com ocupação de quarenta e duas lojas que seja rentável não vale a pena, não vale a pena imaginarmos que é possível que haja duas perfumarias quatro ou cinco chineses não é possível pior ainda será, pior ainda será se por acaso só concorrerem dezasseis ou dezassete porque já com quarenta e duas lojas a funcionar é impossível um Centro Comercial onde há sete, oito, nove, dez metade das lojas a funcionar e metade fechadas nós sabemos o que é que tem acontecido até mesmo no concelho da Amadora aquele Centro Comercial do Mocho e não sei quê, não há possibilidade, não há possibilidade, não há possibilidade deste tipo de Centros Comerciais localizados neste sítios com a população residente de natureza muito pouco urbana com uma multiculturalidade bastante grande, garantir que um Centro Comercial daquele tipo funcione de uma forma que seja possível rentabilizar qualquer tipo de negocio que soluções é que me parecem que seria possível encontrar, em primeiro lugar eu penso e perdoe-me novamente falar e insistir na questão da participação das pessoas neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tipo de decisões eu acho que é preciso discutir o futuro daquele espaço com a população residente, a participação da população residente na definição, na gestão do que é que vai ser aquele espaço é determinante para o seu êxito seja ele qual for. É possível de facto seria possível de facto que houvesse sete, oito, nove lojas, nós podíamos achar que um talho, dois cafés, uma papelaria que vende-se jornais sei lá, sei sim que há um limite e há um tecto claro para o tipo de lojas que é possível de explorar num tipo de espaço daqueles portanto a existência de algumas lojas e a ocupação do outro espaço com um projecto credível, decidido ouvindo com a participação da população residente é a única solução, é a única solução que é possível para salvar aquele espaço. Nós vamos votar contra porque não queremos ser cúmplices e acho que a Câmara enquanto pessoa de bem não pode ser cúmplice de propor à iniciativa privada espaço, espaços que não têm garantia de poder ser rentabilizados por isso votamos contra e acho que esta Assembleia Municipal devia votar contra o projecto, um projecto que não tem viabilidade, nós, isto, isto hoje em matéria de opinião daqui a três ou quatro anos vai ser matéria de facto e nós vamos dizer daqui a três ou quatro anos eu quero discutir como é que está aquele espaço esta ideia, esta ideia de que aquele espaço precisa de ser rentabilizado é igual à ideia de que se podia cobrar taxas do teor que foram apresentadas pela Câmara Municipal para a pratica de desporto no Monte da Galega quatro anos depois deram-me razão desta vez vão-me dar razão mais cedo porque não é possível.” -----

Senhor Deputado Luis Guarita: “Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores nesta matéria nós não questionamos a opção de que a Câmara tomou de refazer a hasta pública até porque é uma opção como qualquer outra e reflecte uma estratégia que nós achamos que é limitada nós tivemos como já disse aqui o Senhor Deputado como é reflectido nos documentos da câmara em 2005 uma hasta pública que ficou vazia nessa altura alegava-se e eu acho que bem que o problema tinha que ver com os preços praticados ou seja era impossível fazer uma hasta pública de venda daqueles espaços localizados onde estão e pela dimensão ou seja pelo numero de espaços em causa fazer uma venda capaz com pessoas que pudessem fazer aquisição desses mesmos espaços o que nos achamos neste momento está a incorrer no mesmo erro independentemente de se ter baixado o preço o que é salutar e independentemente de se tentar fazer aqui venda para criar alguma dinâmica de espaços comerciais, espaços que se possam dinamizar aquele bairro e as pessoas que vivem naquele bairro até porque como a câmara diz e bem aquele é um bairro

que tem muita dificuldade em ter acesso a outro tipo de espaços comerciais não existem na zona o que nós achamos é que a estratégia é limitada o que nós achamos é que é quase impossível vender àqueles preços mesmo reduzidos a quem quer que seja, lojas naquele sítio e tantas lojas ao mesmo tempo trata-se de quarenta e oito lojas se não me engano pelo que está escrito no documento o que nós achamos é que a estratégia devia ser muito mais ambiciosa devia de pressupor desde já outro tipo de opções reconversão dos espaços pensar já em ceder os espaços cobrando uma taxa eventual até que o negócio se conseguisse implementar outro tipo de soluções porque a Câmara o que vai ter neste momento é não vai novamente conseguir vender os espaços esperamos que possa fazer esperamos que possa fazer venda de alguns deles, mas não vai novamente vender os espaços e vai ficar com o problema nas mãos nós tornámos a perder mais um ano, mais dois anos e continuamos a ter o bairro a degradar-se, o espaço a degradar-se a não ter solução para as situações que ocorram que é a ausência de espaços para adquirir nem que seja uma pequena padaria, um café um espaço para estar, um espaço para adquirir roupa, um cabeleireiro o que quer que seja que seja aceite por aquela comunidade continuamos a ter a mesma estratégia, estratégia que não deu resultado no passado e que não acreditamos que dê resultado no presente e que demonstra no global a estratégia da câmara é exactamente a mesma sem variar, sem diversificar a nossa questão aqui mais uma vez não é por em causa a opção da câmara é perguntar se não se poderia ter outro tipo de estratégias que resolvessem, de uma vez por todas, o problema que ali temos, porque de facto tratam-se de muitas lojas cerca de quarenta e oito lojas e sobretudo num local que vai ter daqui a um ano a quinhentos metros de distancia um enorme espaço comercial, portanto a nossa questão e a nossa abstenção vai neste sentido sem por em causa e louvando a hipótese de eventualmente virem a ser vendidos espaços mas achamos que é limitado e é curto e incorre no mesmo erro que fizeram à dois anos atrás, daí a nossa abstenção.” -----

Senhor Deputado Luís Costa: “ Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, uma boa noite a todos os presentes relativamente a esta matéria devo desde já dizer o seguinte penso que é, dentro da tramitação que é a construção deste tipo de urbanizações para a habitação social e é um modelo que tem evoluído desde os primeiros, desde os primeiros bairros nomeadamente na nossa experiencia aqui na Amadora desde o por exemplo do Bairro do Zambujal o modelo de evolução e de organização e de a própria morfologia de um bairro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

social tem evoluído está a evoluir e continuará naturalmente a evoluir com as especificidades que inclusive o próprio concelho tem fase a outros concelhos nomeadamente na questão do próprio, da própria falta de área para as necessidades que nos temos naturalmente de realojamento, e havendo estes modelos que estão definidos desta forma implica naturalmente também que o tipo de construção que foi feita obedeceu a determinadas regras e naturalmente nós temos que nos deparar com essas mesmas regras e dar seguimento àquilo que está definido. As regras previam naturalmente áreas de habitação, áreas de comércio para criar naquele conceito que estava inerente a este tipo de habitação para criar a tal vida comercial que por sua vez dá vida ao bairro este é o conceito de base a filosofia de base que está por detrás desse número de lojas, é óbvio que isso nos gera um problema naturalmente para os habitantes... (VIRAGEM DA CASSETTE) ...de evoluir essa mesma área comercial comum e dentro da tramitação que se põe neste tipo de modelos implica antes de mais e desde logo esgotar as várias possibilidades que existe ao nível da iniciativa privada e isto porquê, porque se existe este nível de escolhas e de opções mesmo que se pretenda utilizar o modelo não, que não passe no futuro por uma hasta pública e implique uma conversão com base em outros projectos é necessário e a primeira prioridade terá que ser sempre dada a quem adquirir lojas poder escolher dentro das várias opções aquela que seja por ventura a mais interessante e daí que há sempre um, há uma lógica para este tipo de procedimento para além dele mesmo estar definido na, na tipologia destas urbanizações de habitação social, portanto, não há como evitar a questão de ser importante que as várias opções e que as escolhas das lojas possam ser vendidas em hasta pública sejam postas da forma como são para que haja um opção de escolha isto desde logo penso que é uma questão fundamental, outra questão que não, não, não se coloca é óbvio neste tipo, também, de urbanizações o comércio que possa ali existir não faz concorrência directa nem é sequer passível de sofrer concorrência de grandes superfícies isso é um modelo que, que está mais que comprovado mesmo inclusive entre em concorrência entre superfícies o tipo de cliente que muitas as vezes acaba por optar em superfícies menores fase a grandes superfícies que são construídas a posteriori logo ao lado implica que inclusive os pequenos espaços consigam obter depois um cliente muito mais fiel e muito mais entrosado e propriamente até com o comércio que se pretende e não como muitas vezes se diz que não queremos o cliente de passagem isto é dito não só pelos estabelecimentos de comércio tradicional mas sobretudo até por áreas comerciais que sofrem concorrências de outras ainda maiores, portanto, neste tipo de modelo, o modelo do comércio

t -

que se pretende é um modelo local ninguém vai num tipo de modelo de comercio local ir a uma grande superficie adquirir alguns bens essenciais por exemplo se tem ao pé de casa é essa a opção que tem em primeira mão e assim o fará agora este tipo de comparativo não faz muito sentido dentro desta lógica, agora e ultimo que eu queria aqui acrescentar ao António Santos é curioso referir e estar preocupado com a questão da rentabilidade que é um projecto que não tem rentabilidade, naturalmente isso é uma questão que será ponderada por que faz a opção de aquisição de estabelecimento do negocio numa área destas é obvio que o fará, é obvio que terá a sua prospecção e faz as suas opções agora, que o Bloco de Esquerda nos diga em outros pontos que a Câmara tinha que ter capacidade financeira para absorver tudo e mais alguma coisa era legitimo agora se calhar então para isso o Bloco de Esquerda deveria ser a primeira entidade a dizer e pá muito bem venda-se e venda-se rapidamente e o mais caro possível para termos erário publico para rentabilizar outras iniciativas porventura mais da óptica do Bloco de Esquerda mas é curioso, muito obrigado.” -----

Senhor Deputado Luís Guarita (pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Deputado eu gostei de começar por ouvir a sua intervenção porque veio aqui reconhecer um erro, um erro de concepção, natural, normal que nós, que nós achamos salutar o reconhecimento que é a concepção daquele bairro que não a ajustada em certos aspectos à população e à localização que ia ter agora, depois tornou a incorrer num erro porque Senhor Deputado o que está aqui em causa é tão simples como isto trata-se de voltar a fazer exactamente a mesma coisa que se fez aqui há dois anos com uma pequena diferença reduz-se quarenta por cento no preço mesmo assim são preços proibitivos porquê porque os preços praticados e as opções tomadas não se baseiam em estudo absolutamente nenhum sobre que características teriam as lojas naquele bairro, que potenciais compradores podiam ter as lojas para aquelas lojas naquele bairro é que aquele é um bairro que fica fora de todos os circuitos de circulação do concelho cada pessoa que se instale ali e que tenha ali uma loja destina-se e tão-somente àquela comunidade a loja será para vender àquela comunidade não será para vender a comunidade nenhuma outra porque fica fora mas eu acho que é muito bem agora a pergunta que eu faço é se é isso porquê que não se fez um estudo que indicasse quais é que eram as possíveis soluções, seria hasta pública vender há potenciais compradores que condições é que esses compradores têm para adquirir um empréstimo ou para comprar a pronto pagamento uma loja naquele espaço será que há outras soluções, será que a cedência durante um período de tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

determinado daqueles espaços para implementação do negócio com uma caracterização dos tipos de negócios que poderiam lá ser colocados fazia sentido será que a reconversão daqueles espaços noutros tipos de espaço faria sentido é que a Câmara não fez isso a Câmara por e simplesmente repetiu o mesmo erro que é tentar alienar o espaço para resolver imediatamente o problema e aquilo que nós dizemos é que o problema não vai ser resolvido vamos continuar a ter cerca de quarenta lojas vamos continuar a ter espaços altamente degradados vamos continuar a ter uma população que não tem acesso aos serviços mínimos porque aí, aí a Câmara tem toda a razão a Câmara quando diz faltam ali serviços mínimos para garantia daquela população porque todos os outros serviços estão longe dali aquilo é um bairro periférico quer queiramos quer não agora a Câmara não estudou o assunto não tem estratégia porque se tivesse dizia-nos aqui o seguinte: meus caros amigos vamos repetir a hasta pública mas se a hasta pública não resultar vamos fazer isto, isto e isto temos outras medidas no terreno para fazer isto, isto e isto e não foi feito nada disto repetiu-se o erro pensando que baixando um pouco o preço resolvíamos isto revela desconhecimento da comunidade que lá está instalada do tipo de negócios que esta comunidade tinha no passado da forma como as lojas onde os bairros de origem estavam das lojas funcionavam em que condições é que funcionavam porque eu não acredito que haja muita gente com capacidade para comprar ali uma loja nomeadamente aos preços praticados e a questão é esta não ponho em causa, não ponho e disse há bocado eu não ponho em causa o que a Câmara quer fazer querem fazer novamente uma hasta pública muito bem o que nós dizemos e é a razão da abstenção é que podíamos ter ido um pouco mais longe e podíamos desde já, desde já ter procurado outras soluções para evitar que aconteça no futuro aquilo que já aconteceu no passado isto revela limitação na estratégia é essa a grande questão que está aqui em causa obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Costa** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente obrigado eu gostava de ver essas soluções, porque é assim, ó senhor Deputado é assim, que diga assim não está contra, não está contra o que se pretende fazer mas depois diz, mas se calhar tem que se pensar aqui outra coisa completamente diferente agora se nós temos esta execução neste momento em cima da mesa é assim que está definido que este tipo de procedimentos devam ser realizados porquê é que nós não devemos primeiro ver a assistência em termos de hasta pública precisamente para ver as opções que são feitas para ver os

espaços que são escolhidos para ver os espaços que entretanto ficam, poderão ficar de fora para aí sim e seguidamente podermos dar espaço para nós fazermos então a proposta para revitalizar todo o projecto toda a área que estiver disponível, agora nós não podemos é antecipar e se porventura estar a condicionar eventuais interessados que possam efectivamente querer as lojas para o comercio porque à partida se nos podemos estar a dizer que para esta área a Câmara paralelamente já vai querer fazer isto, isto e isto e pá efectivamente estamos a condicionar depois as pessoas que possam ter determinados negócios que queiram os estabelecer sem estarem condicionados por outras opções que lhe são exteriores agora falou em soluções devia ser interessante ver as suas soluções.” -----

Senhor **Deputado Luís Lourenço:** “ Senhor Presidente da Assembleia em exercício eu fico curioso com a com a argumentação de dizerem que isto é uma estratégia errada da Câmara e no entanto esta estratégia errada da Câmara reúne a unanimidade dos Vereadores desta Câmara Municipal da Amadora é curioso que uma estratégia tão errada reúna a unanimidade de todas as forças política representadas na Câmara Municipal da Amadora depois as pessoas estão a criticar os valores que estão apresentados em concurso destas fracções destas lojas do Casal da Mira possivelmente estariam também aqui a criticar se os preços fossem mais baixos que estaria a Câmara a pôr em causa os bens públicos que estaria a deitar pela janela bens que fazem parte do património da Câmara Municipal e que não estão a ser rentabilizados seriam os primeiros sejamos claros era fácil ter este tipo de discurso e acho engraçado também com este tipo de considerações e preocupações em relação à sociedade civil e quererem entrar num processo que lembra a economia planificada isso já foi votado pela população portuguesa escolheu a democracia politica e partidária e a economia de mercado porque não podemos deixar a sociedade civil funcionar porque não deixar a iniciativa privada e o empreendedorismo escolher as lojas que melhor acha que tem rentabilidade vamos fazer passo a passo porque não dar esta oportunidade à Câmara Municipal que está a dar a sociedade civil ao empreendedorismo a possibilidade de escolher as lojas que acha que tem as melhores soluções e tem melhor rentabilidade porquê que vamos partir logo do principio que as quarenta e duas lojas não têm procura, por serem quarenta e duas estamos a falar de quantos arruamentos no Casal da Mira eu posso dar o exemplo de outros bairros que só numa rua têm quarenta e duas lojas vamos dar oportunidade porquê que estamos já aqui numa perspectiva pessimista e a atacar uma iniciativa deste género porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

você já reconheceram que há uma redução substancial dos valores em relação à primeira acção de concurso publico deixem, deixem a economia funcionar e depois veremos se esta estratégia tem ou não que ser repensada disse.” -----

Senhor **Deputado Luís Guarita** (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado eu não lhe gabo a solução, mas gabo-lhe a imaginação ter imaginado que nós achamos que isto é planificar o que quer que seja é de facto brilhante ó Senhor Deputado a questão é simples se depois da hasta publica esperamos que não se depois da hasta publica venderem cinco lojas qual é que é a solução a seguir? São mais dois anos, dois anos para virmos todos aqui fazer uma reflexão profunda porque o Partido Socialista é incapaz, incapaz de antecipar outras soluções esta é a demonstração clara não vale a pena estar aqui a fazer discursos bonitos sobre quais é que são os princípios destes ou daqueles até lhe digo mais nos não dissemos que a estratégia estava errada o que nós dissemos eu disse aqui é que a estratégia é limitada, é limitada e não antecipa eventuais erros nessa mesma estratégia porque torno-lhe a dizer há cerca de dois anos atrás tentou-se uma hasta publica para alienar aquele equipamento que lá estava e já agora se, se preocupa tanto com a degradação devia ir visitar o bairro para ver o estado em que ele está, para ver o estado em que ele está para perceber, para perceber, para perceber o quê é que a indefinição da Câmara nesta matéria levou o que nós dizemos é a Câmara que imagine outras soluções que pense será que é possível por exemplo apostar em programas como outros que tem defendem o empreendedorismo e procurar pessoas que numa primeira fase possam instalar o seu negocio numa segunda fase que talvez tenha essa condição, tenham essas condições possam então poder passar a pagar um arrendamento ou a aquisição efectiva será que há outras soluções para alargar aquelas lojas e transforma-las noutro tipo de coisas não há a Câmara não mostrou uma estratégia trouxe-nos uma solução que se provou ser errada porque no passado foi errada e os preços que estão em causa são proibitivos para a comunidade que lá está são impossíveis de atingir por aquelas pessoas e diga-se o que se diga ó Senhor Deputado não me venha dar exemplos podíamos falar de exemplos de mil e uma rua por esse país que têm imensas lojas mas não ali, não ali, ali à uma necessidade objectiva de lojas que nós não questionamos a Senhora Vereadora disse-o nós concordamos com isso há lojas que são fundamentais para garantir bens essenciais àquela população são fundamentais muito bem encontrem-se qual o tipo de loja encontrem-se potenciais interessados e encontre-se uma solução agora não se queira resolver um problema

✓

destes voltando a insistir na venda àqueles preços sem ter com clareza a certeza se há ou não há potenciais compradores porque se não os houver nós vamos andar mais um ano com a continua degradação do bairro com a continua inexistência de soluções e a ter mais no mesmo, mais uma vez digo nós não questionamos esta solução o que nós dizemos é que esta solução podia ser desde já acrescida de outras daí não votarmos contra simplesmente nos abstermos porque achamos que se podia fazer um pouco mais dar um passo um pouco maior é essa a questão.” -----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Muito obrigado serei breve com certeza naturalmente que a Câmara não tem vocação para ser promotora imobiliária seja do que for não é isso que hoje aqui é pedido não é esse, não são essas as competências que lhe são atribuídas é naturalmente competências de governação a nível daquilo que é local na promoção daquilo que são naturalmente as relações de proximidade e a solidificação destas mesmas relações e é nessa óptica que se veio aqui fazer esta alerta e lançar este alerta porque à Deputados que acham engraçado eu acho curioso que achem engraçado por uma questão simples porque naturalmente que nenhum projecto se lança desta forma é preciso que primeiro se perceba o que é que vai acontecer quais são os timings que estão a acontecer e quando há erros deste tipo perceber de uma forma mais ou menos científica porque é que as coisas acontecem porquê não há pessoas não há um estabelecimento directo entre aquilo que eram as lojas que antes existiam no bairro e aquilo que podem vir a ser as lojas enfim, foi feito levantamento social são estas questões que são colocadas seja qual é que é a base e o fundamento não pode ser feito simplesmente por aquilo que pode soprar o vento ou podemos achar que pode ser uma boa gestão porque a gestão moderna a inovação faz-se exactamente com base nisto com instrumentos de gestão e eu sinceramente não foram pensados aqui os instrumentos de gestão que estiveram na base desta decisão, muito obrigado.” -----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente ó Senhor Presidente estou com alguma dificuldade em, em perceber estas intervenções do PSD inicialmente, e permitam-me que com mais elegância que o Guarita teve, mais elegância veio aqui dar uma prova de incapacidade e incompetência à Câmara não sabe o que faz não pensa não tem projectos não tem ideias nenhuma, enfim, eu penso que o Senhor Deputado anda um pouco distraído talvez ande pouco na Amadora e talvez o ar do mar lhe faça mal á cabeça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

naturalmente quando estava na Escola das Profissões sabia bem que havia projectos e por isso acho estanho que o Senhor Deputado conhecendo o que se trabalha na Escola das Profissões sabe bem que nós temos projectos em ralação às lojas do Casal da Mira, sabe bem, o Senhor Deputado conhece os processos por isso acho estranho senhor Deputado não pensar em mais nada o empreendedorismo não pensaram nisso á lojas reservadas Senhor Deputado sabe que houve um concurso neste momento são dezasseis candidaturas que estão aprovadas ó Senhor Deputado a outra pessoa esse discurso não ficava tão mal a si reconheço que está a perder muitas qualidades, o Senhor Deputado desde que saiu daqui perde muitas qualidades nessa área o que não era normal e de maneira que com esta ousadia com este há vontade é quase descaramento Senhor Deputado a forma como se dirige aqui que a Câmara não pensa e não tem ideias nenhuma ó Senhor Deputado não me venha a mim dizer se eu conheço o Casal da Mira vá lá ver se calhar não conhece nunca lá foi isso deve ser para ali para um dos Deputados não é o caso eu conheço o Casal da Mira e por saber como o Casal da Mira está é que eu acho que nós temos a obrigação, temos obrigação porque aquela gente contrariamente a alguns que entendem que aquilo deve ser murado, electrificado eu entendo que aquilo tem que ser um bairro aberto ao resto da comunidade, e eu acho que o centro comercial pode dar actividade e uma nova vida àquele bairro contrariamente ao que alguns pensam se calhar estou errado mas é a minha convicção percebe Senhor Deputado e nós sabemos que nós temos pedidos de compra daqueles espaços Senhor Deputado para um conjunto de áreas que são vitais para aquela gente, aquela gente precisa de ter uma padaria, precisa de ter uma barbearia, precisa de ter um cabeleireiro precisa de ter um café, precisa de ter n coisas, porque precisa e tem direito a ter se nós na Boba fizemos isso porquê que não vamos fazer? Porquê? O que é que o Casal da Mira tem a menos que a Boba tem mais gente de facto é verdade tem mais gente é mais periférico como o Senhor Deputado diz ou pelo menos era mais periférico o senhor Deputado também sabe o que está a ser feito lá, sabe perfeitamente que é quando existe um grande, um grande equipamento que há um conjunto de actividade de que se movimenta há sua volta o Senhor Deputado também sabe isso e depois o Senhor Deputado também sabe que eu não posso tenho um conjunto de pedidos porque há uns que já estão pedidos expressos e há um conjunto de pessoas naturalmente que não sabendo os valores que nós estávamos a vender quis tomar esta medida não tinham pedido porque os valores de facto eram altos houve um erro dos serviços do ponto de vista do calculo partiram com base daquilo que são os preços porquê porque também aqui Senhor Deputado temos que

^ -

assumir a nossa responsabilidade de todos e não vale a pena dizer que não há estratégias dum lado e há estratégias do outro eu lembro quando se fez aquele empreendimento e é uma das coisas que peca um conjunto de empreendimentos desta natureza, deixou de haver financiamento para a construção para este tipo de empreendimentos como sabe não eram financiados o que o INH financiava era a questão da habitação não funcionava para este tipo de equipamentos nem estes nem outros nem aqueles que nós como o Senhor Deputado sabe há um rol e o Senhor Deputado sabe quantas lojas é que estão reservadas para um conjunto de áreas de intervenção num conjunto de entidades que estão connosco a trabalhar e vão trabalhar no bairro connosco também sabe isso, também sabe isso perfeitamente e por isso nós isso naturalmente suportamos. Há um conjunto de pedidos que temos como digo nós não podemos direccionar as pessoas e dizer as únicas lojas que estão à venda é a A a B ou a C porquê as pessoas têm o direito de escolher tem a ver com a localização com a sua área enfim, tem a ver com o tipo de negocio que vai montar e por isso Senhor Deputado eu não tenho a certeza de que as vendo todas tenho duvidas que as vendo quero lhe dizer com toda a franqueza tenho duvidas mas não vem mal ao mundo sabe porquê uma estão já direccionadas, outras estão reservadas para o empreendedorismo que você sabe e outras vão ser vendidas e há-de haver umas que sobram mas há uma coisa que tenho a certeza sabe o que é, é que aquele bairro terá actividade, terá economia e tem as pessoas onde se podem servir que agora não têm e também tenho a certeza Senhor Deputado com a construção do centro comercial pode ter a certeza que há um conjunto daqueles espaços pode não ser para o cafezinho ou para a padaria ou para uma loja de bolos mas há-de ser para outro tipo de actividades que são complementares e são associadas ao hipermercado e que não é possível alugar naquele espaço são caríssimas precisam um lugar cá fora comprar cá fora não tenho duvidas sobre isso Senhor Deputado, veremos, há uma coisa que eu digo Senhor Deputado eu não posso deixar um bairro com aquela população que tem uma população já bastante significativa uma população que tem carências do ponto de vista de algum tipo de actividade económica e não posso deixa-lo eternamente sem resposta e Senhor Deputado se algumas lojas ficarem por vender nós encontramos solução que já a temos não estamos há espera que o Senhor Deputado dê uma ideia até agora, deu uns palpites e espremido nada, nós já temos Senhor Deputado, esteja descansado, sabe porquê aquele bairro se houver certo determinado tipo de actividades que nós consideramos vitais para um bairro e não tiver nós teremos que arranjar forma de lá colocar esse tipo de actividades económicas, seja arrendando, ou seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

inclusivamente procurando outras parcerias no apoio nomeadamente em relação a novos empreendedorismos, nomeadamente apoio como o Senhor Deputado sabe do ponto de vista, alguns nichos estavam a ser criados na Escola das Profissões e que neste momento teve um incremento por isso Senhor Deputado e sobre essa matéria nós estamos nesse projecto e inclusivamente em algum projecto que passa muitas vezes por criar apoios para que as pessoas que muitas vezes têm dinheiro para investir na questão do espaço, não têm dinheiro necessário para fazer as obras e para o equipamento do espaço estamos a trabalhar nesse aspecto também Senhor Deputado Luís Guarita enfim, talvez a ausência prolongada na Assembleia lhe tenha enfim, perturbado o pensamento e não esperava a forma não esperava a forma como vem aqui com esta forma como disse enfim dizendo que afinal e digo logo com toda a franqueza com o respeito que tenho e consideração que tenho agora perdi um bocadinho de facto pensava que, que o meu amigo era mais enfim tinha evoluído mais mas digo-lhe que esperava que o Senhor Deputado pudesse dar um contributo e não aquilo que veio aqui dizer que não abona e sabe Senhor Deputado sabe perfeitamente que não corresponde à verdade ainda por cima não corresponde à verdade, porquê eu digo-lhe isto com toda a franqueza e o Senhor Deputado também sabe se há alguém que, alguém entre outras pessoas que mexem e acompanham estas questões têm estas preocupações e que estude e ponha a estudar estas coisas é por acaso a Vereadora que tem esta área e por isso senhor Deputado não vale a pena e sobre essa matéria Senhor Deputado com todas as suas virtudes as suas qualidades não a troco pela competência da Vereadora Carla Tavares muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente (FALHA NA CASSETTE) não diminui em nada, em nada só porque divergimos porque temos por vezes que divergir porque é assim que é a politica a politica saudável que eu conheço ponto numero um, em segundo lugar deixe-me que lhe diga que acho deselegante que aqui traga à colação actividades minhas passadas, que gracieje com actividades presentes ou que aqui faça referencias a uma Empresa Municipal da qual sou funcionário e fui funcionário e a qual aqui não referi, acho deselegante porque eu não fiz aqui referencia eu não questionei nada nessa matéria, em terceiro o Senhor Presidente no inicio da sua intervenção deu-me a entender que não percebeu nada daquilo que eu disse no fim já entendeu um pouco por uma razão simples é que eu disse à Senhora Vereadora na comissão e disse aqui que não está em causa a opção

4

tomada nem poderia estar é que não está mesmo o que está em causa aqui para nós é a limitação dessa mesma opção porque a pergunta que eu lhe faço é se aquela hasta pública tornar a ficar deserta ou se das quarenta e oito lojas só se venderem oito qual é que é a solução seguinte pelos vistos o Senhor Presidente e pelos vistos a vereação não dominava mas pelos vistos o Senhor Presidente já tinha essa mesma opção definida porque já o disse aqui porque tem outras soluções e eu nem questiono ao Senhor Presidente eu nem sequer questiono certos programas e certas iniciativas que existem no âmbito da Amadora que são salutarens não podem ser questionadas temos que ter realismo temos que ter o mínimo de tacto na discussão das questões o que aqui está em causa foi o que foi dito já concretizei deixe-me ou menos acabar, deixe-me ó menos acabar se me permite o que está em causa e a questão é esta porquê que não fizeram logo à cabeça uma estratégia que definisse outras opções e que pensa-se essas mesmas opções desde já, desde já aquilo que nós questionamos é terem tão-somente, tão-somente optado mais uma vez pela hasta pública tudo o resto, tudo o resto é tentar atirar areia para os olhos das pessoas e tentar estar a criar aqui uma cortina de fumo acusando o Senhor Deputado Luís Guarita ainda para mais que é uma pessoa que vive na Amadora que aqui vive há muitos anos e todos os dias passa na Amadora, todos os dias está na Amadora e conhece muito bem esta Cidade com uma tentativa de pequenos fogos ó Senhor Presidente e não se preocupe com a minha não estada porque eu estou aqui em todas as Assembleias Municipais naquilo que eu tenho que discordar, discordo com frontalidade não sou deselegante vez nenhuma de matéria nenhuma e tento fazer com que esta Assembleia Municipal decorra sempre com elevação porque aquilo que aqui se discute são divergências políticas não é mais nada por isso a minha consideração por si não perde por isto.” -----

Senhor Presidente da Câmara: “ Senhor Deputado Luís Guarita eu não referi, não referi a questão da Escola das Profissões, nem referi noutros lados o meu objectivo é se o senhor Deputado esteve, esteve e é um quadro da Escola das Profissões sabe bem o trabalho que se faz e o que se procura de projectos o senhor Deputado estou a dizer se estivesse na Escola sabia dos projectos que estamos a fazer nomeadamente nesta área para um conjunto de áreas do Casal da Mira por exemplo, não está porque se estivesse sabia e por isso é que eu acho estranho que o senhor Deputado diga que nós não temos nenhuma ideia não pensámos nas soluções claro que pensámos Senhor Deputado eu já disse que pensámos Senhor Deputado temos essas soluções, há outras soluções eu disse-lhe se há um conjunto de áreas que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

vitais para um bairro se elas não forem compradas podem ser compradas outras se não forem a Câmara tem uma solução do ponto de vista de colocar essas actividades que são importantes para o bairro como é obvio ó Senhor Deputado agora é assim, Senhor Deputado é assim vai vender as quarenta e duas eu não digo que vendo as quarenta e duas claro que não, não vendo as quarenta e duas agente também sabe nem que as desse quase a questão é que se oferece-se também não conseguia pôr lá as quarenta e duas como o Senhor Deputado sabe até as associações algumas não as querem não é Senhor Deputado e por isso estas coisas não são assim, ou nós temos obrigação e por isso é assim ó Senhor Deputado não está lá uma farmácia, há actividades que são importantíssimas claro, claro que sim, claro que sim mas o Senhor Deputado tem duvidas, tem duvidas que há um conjunto de pessoas interessadas naquele espaço nos temos esses pedidos e por isso quando nós que fizemos isto sem conhecimento, sem pensar não, não é verdade eu não sei, como eu não tive na comissão não sei o que é que a Senhora Vereadora respondeu mas acho que, Senhora Vereadora estes dados que lhe disse aqui a Senhora Vereadora também os tem alias parte destes dados são trabalhados por ela os dados são trabalhados pela Vereadora não são trabalhados por mim como o Senhor Deputado sabe e por isso Senhor Deputado não quis eu não tenho nenhum problema na discussão politica e diferenças politicas tenho da forma Senhor Deputado, da forma Senhor Deputado a forma, a forma eu nunca lhe chamei a si incompetente e incapaz nunca lhe chamei e quando se chama é evidente que não quer que eu fique bem disposto muito obrigado Senhor Deputado não sendo tenho reservas, mas também não sou tanto como o Senhor quis insinuar muito obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 30 votos a favor do PS e CDU, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 7 abstenções do PSD e CDS (Documento anexo à presente Acta). -----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Mesa, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos

9

termos do n.º 3 do Artº. 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 39 membros presentes. -----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Mesa** deu por encerrada a Sessão às 23 H 00. -----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Elisabete da Silva Ferreira, 1º Secretário da Mesa da Assembleia, que a redigiu.

